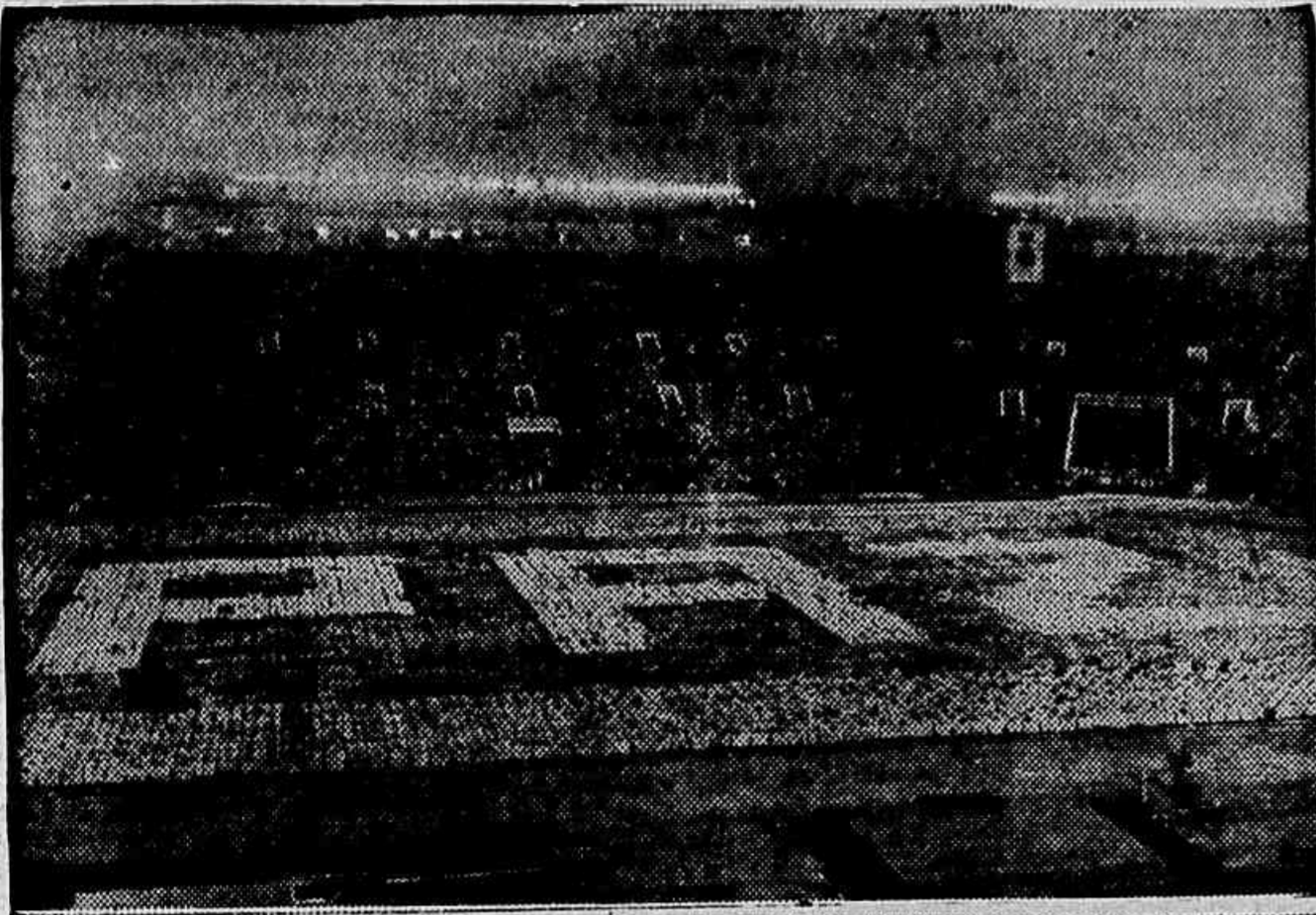


# VOZ OPERÁRIA

Nº 428 ★ Rio de Janeiro 17 de Agosto de 1957 ★



AO ALTO — A grandiosa solenidade de encerramento do Festival Mundial da Juventude no Estádio Central Lenin



— A Mesa e o Plenário da III Conferência dos Lavradores e trabalhadores Agrícolas do Pará (Reportagem na página 12\*)



AO LADO: Aspecto da Conferência do Deputado José Jofily, Vice-líder do P.S.D., pronunciada na sede de Associação sob o patrocínio da Frente Nacionalista da Paraíba

## OS COMUNISTAS E AS ELEIÇÕES DE 1958

A CAMPANHA eleitoral que se inicia exercerá uma influência considerável na situação política nacional. Faltando um ano para as eleições, o ambiente político se caracteriza pelo acirramento da luta entre as forças nacionalistas e populares e os grupos entreguistas e reacionários, luta que se trava em todos os setores da vida social, até mesmo no aparelho de Estado, no seio do governo. É cada vez maior a desmoralização da política antinacional e antipopular realizada pelo governo do Sr. Kubitschek, ao passo que crescem e se organizam as correntes patrióticas e democráticas, representadas principalmente no movimento operário, no movimento nacionalista e no movimento estudantil. A situação política mundial, por outro lado, se desenvolve de modo favorável à política de coexistência pacífica, a novos avanços dos povos na luta pela independência nacional, pela democracia e o socialismo.

EXISTEM condições, portanto, para êxitos das forças nacionalistas e populares nas eleições do ano vindouro, como bem acentua a recente nota do Presidium do Comitê Central do PCB, chamando os comunistas a se empenharem com entusiasmo na campanha eleitoral que se inicia.

A propaganda dos imperialistas e de seus porta-vozes brasileiros costuma apresentar os comunistas como inimigos da democracia e adversários das eleições. Segundo eles, os comunistas se preocupariam apenas com a tomada do poder por meios violentos. Não pode haver maior deformação das concepções tácticas dos combatentes de vanguarda da classe operária. Na realidade, como se verifica por toda a história do movimento comunista tanto no plano mundial como em nosso país, os comunistas reconhecem na luta eleitoral um meio importante de ação política. A própria experiência do PCB demonstra que sua participação nas eleições pode conduzir a êxitos apreciáveis das forças populares, como ocorreu em 1945 e em 1955. Empenhando-se nas campanhas eleitorais, o Partido Comunista reforça sua ligação com as massas, influi seriamente no curso da situação política, concorre para a união e a organização das forças democráticas e acumula forças para novos avanços. Ao contrário, o abstencionismo eleitoral ou a subestimação das eleições só têm resultado no isolamento sectário dos comunistas, no seu desligamento das massas, no enfraquecimento do Partido e das forças populares.

COM A SUA participação nas eleições, os comunistas não tencionam apenas cumprir uma formalidade ou utilizar-se da campanha eleitoral para fazer agitação em torno de sua política. Ressalta com clareza a nota do Presidium que, na situação atual, é possível através das eleições obter modificações importantes na situação política do país. Por meio de uma intensa mobilização das massas, será viável alcançar uma maior e mais ampla coordenação das forças nacionalistas, democráticas e populares, derrotar nas urnas os entreguistas, eleger um número considerável de representantes da vontade popular e conseguir modificações favoráveis ao povo na composição do governo da República, capazes de levar a mudanças progressistas na política interna e externa do Brasil. As posições que forem conquistadas pelo povo em 1958 contribuirão para o avanço de sua luta pela independência nacional e o progresso, assim como para alcançar novos e maiores êxitos nas eleições de 1960.

ALÉM disso, a campanha eleitoral colocará na ordem-do-dia a necessidade de garantir os direitos democráticos para todos os cidadãos. Os comunistas e as demais forças democráticas não de exigir que se anule a odiosa discriminação contra o Partido Comunista, impedido de participar das eleições com a sua própria legenda. Para que haja eleições realmente democráticas, não se pode continuar a excluir do pleito um grande partido, que representa parcela ponderável do eleitorado.

COMO a campanha eleitoral está praticamente iniciada, o Presidium do Comitê Central chama os comunistas a trabalharem desde já no alistamento em massa e na renovação dos títulos eleitorais, a buscarem entendimentos e acordos com outros partidos e forças interessadas em modificações de caráter progressista na política do país, visando a estabelecer plataformas de unidade e listas comuns de candidatos, organizar frentes e blocos eleitorais de caráter patriótico e democrático.

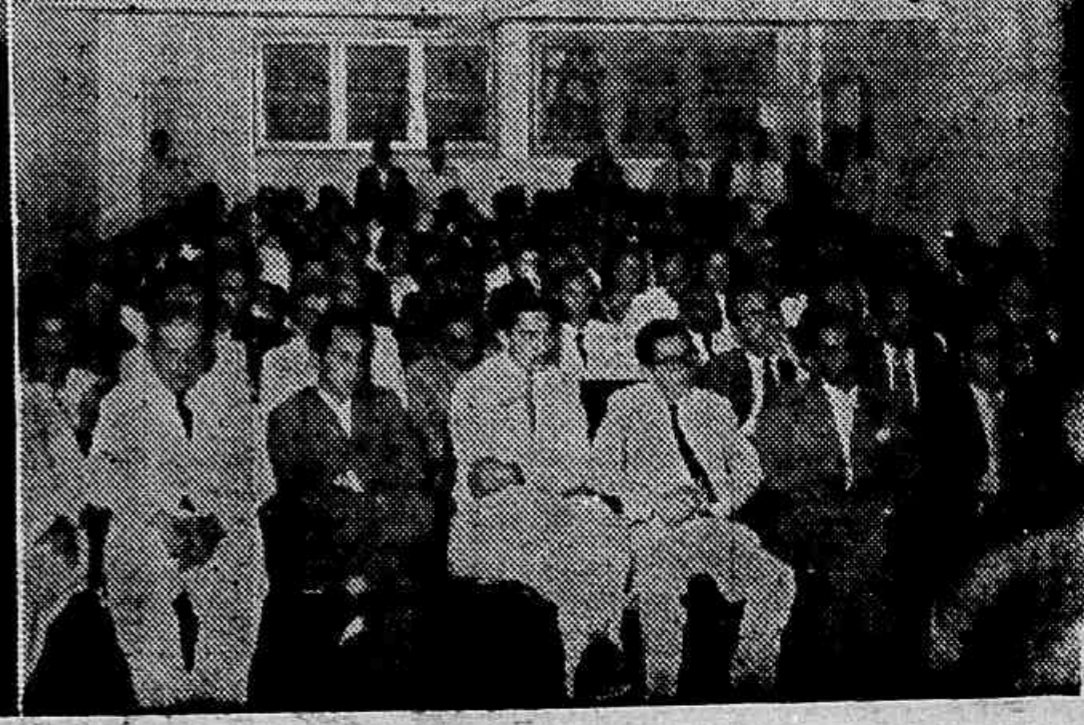
Dedicando-se desde agora às tarefas eleitorais, com uma nova compreensão de sua importância para a causa do povo, os comunistas impulsionam ao mesmo tempo o movimento operário, participam ativamente do movimento nacionalista e reforçam suas ligações com as massas, preparando-se assim para a vitória do povo na próxima batalha eleitoral.

## Em Greve Os Moageiros Cariocas

(TEXTO NA 9ª PÁGINA)

## UNIFICAÇÃO DAS LUTAS OPERARIAS DE TODO O BRASIL

(REPORTAGEM NA 9ª PÁGINA)



# Relações Amistosas Entre a União Soviética e a Iugoslávia

## COMUNICADO SOBRE O ENCONTRO DAS DELEGAÇÕES DOS DOIS PAÍSES

O JORNAL "Pravda" publicou a 4 de agosto o seguinte comunicado sobre o encontro das delegações da União Soviética e da República Federativa Popular da Iugoslávia:

Nos dias 1 e 2 de agosto de 1957, na Rumânia, teve lugar o encontro entre a delegação do Comitê Central do PCUS e do governo da União Soviética e a delegação do Comitê Central da União dos Comunistas Iugoslavos e do governo da Iugoslávia.

Participaram das conversações:

Do lado soviético os camaradas N. S. Kruschlov, A. I. Mikhoian, O. V. Kuusinen, B. N. Ponomariov, N. P. Firiuhin e Iu. B. Andronov.

Do lado iugoslavo os camaradas Iosip Broz-Tito, Edvard Kardelj, Aleksandr Rankovitch, Velko Vlahovitch e Velko Mitshunovitch.

Os representantes dos dois Partidos e Governos examinaram uma série de questões referentes às relações entre a URSS e a República Federativa Popular da Iugoslávia, bem como questões da atividade de ambos os Partidos e relativas aos interesses comuns do socialismo e da paz em todo o mundo, particularmente as questões que prejudicam o ulterior desenvolvimento com êxito das relações mútuas.

As delegações também discutiram questões da situação internacional, uma série de problemas do movimento operário internacional, da luta pela paz e pela segurança dos povos.

No curso das conversações foi confirmada a concordância de ambas as partes no sentido de trabalharem pelo desenvolvimento sucessivo das relações multilaterais e pela eliminação dos obstáculos que dificultam este desenvolvimento.

Foi reafirmada também a concordância sobre os problemas fundamentais da situação internacional contemporânea.

Acentuou-se que adquire uma particular significação o fortalecimento por todos os meios da unidade e da colaboração fraterna dos partidos comunistas e operários e dos povos de todos os países socialistas, das forças progressistas e amantes da paz em todo o mundo, e a unidade do movimento operário internacional.

Ambas as delegações assina-

ram que as relações entre a União Soviética e a República Federativa Popular da Iugoslávia continuarão a desenvolver-se na base da igualdade de direitos, da ajuda e colaboração mútuas, do respeito à soberania, da independência e da não intervenção. Ademais, as delegações confirmaram a significação atual das Declarações de Belgrado e de Moscou para o desenvolvimento das relações amistosas entre ambos os países, da colaboração entre o PCUS e a UCI à base dos princípios do marxismo-leninismo, e expressaram sua disposição de continuar a pôr em prática as teses expostas nestas Declarações.

As duas delegações puseram-se de acordo sobre as formas concretas de colaboração entre os partidos e sobre a manutenção de ligações constantes mediante a troca de delegações partidárias, de informações mútuas e de publicações.

Leia

### DA TEORIA MARXISTA DO CONHECIMENTO

De M. Rosental

## Ajuda Soviética à Síria

Foi dado à publicidade em Moscou, a 6 do corrente, um comunicado conjunto do governo soviético e da delegação governamental da Síria, presidida pelo Ministro de Estado e da Defesa Nacional sr. Jaled Azem. Durante a sua estada em Moscou a delegação síria foi recebida pelo primeiro ministro Bulganin e por Kruschlov, realizando negociações que decorreram em ambiente cordial e amistoso. Dentro do espírito de boas relações e de amizade existente entre os dois países, e em consonância com o desejo comum de fortalecer a paz e a segurança no Próximo e Médio Oriente, fo-

ram analisados os problemas da ampliação e desenvolvimento da colaboração econômica entre os dois países.

O governo soviético declarou que vê com sincera satisfação os esforços do governo sírio para fortalecer a independência econômica e política do país, o que liquidará rapidamente com as consequências do imperialismo. O governo soviético declarou ainda que, desejando contribuir para o desenvolvimento da economia da Síria, está disposto a colaborar com o governo sírio na construção de estradas de ferro e de rodagem, em obras de irrigação e na construção de centrais hidroelétricas, e de outras empresas industriais. O governo da União Soviética concorda em examinar com a maior simpatia a possibilidade de conceder um crédito ao governo da República

Síria, para atender aos gastos relacionados com o envio de instalações e colaboração técnica. Declarou ainda que essa colaboração econômica e técnica se realizará em condições políticas de qualquer natureza, mas apenas na base de igualdade e vantagens recíprocas, da não ingerência nos assuntos internos, e do pleno respeito à dignidade nacional e à soberania da Síria.

Ambas as partes reconheceram a necessidade de tomarem medidas para o desenvolvimento ulterior do comércio entre os dois países, inclusive para a venda à Síria de maquinaria, instalações e materiais de que necessita, e para a compra, por parte da União Soviética, de cereais, algodão, e outras mercadorias produzidas pela Síria.

## A VENEZUELA ESCRAVIZADA

A própria imprensa norte-americana não pode mais esconder completamente a opressão do povo venezuelano por parte dos monopólios petrolíferos e do regime-titere de Perez Jimenez. A exibição de fotografias e filmes das suntuosas obras de fachada realizadas em Caracas pela ditadura tem sido fartamente utilizada pela propaganda da Standard Oil, inclusive entre nós, como testemunho de um suposto surto de progresso e bem-estar promovido pelos royalties pagos pelas companhias de petróleo. No entanto Monsenhor Rafael Arias, arcebispo de Caracas, publicou em 29 de abril último uma carta pastoral na qual afirmava: "Imensa parte de nosso povo vive em condições que não podem qualificar-se de humanas". E o repórter norte-americano Tad Szulc acaba de escandalizar os leitores do "New York Times" com revelações sobre a brutalidade policial, a ausência de liberdade, os cárceres cheios de presos políticos, as centenas de exilados em países estrangeiros, a corrupção administrativa e o desbarato da receita pública em obras como "o mais luxuoso hotel da América Latina", que constituem verdadeiro escárnio em face de uma população miserável e de camponeses famintos. Contra uma tal situação luta, nas mais duras condições de clandestinidade, o bravo Partido Comunista da Venezuela. Dezenas de seus dirigentes têm sido assassinados e muitos outros, como Jesus Faria, estão com suas vidas ameaçadas nas prisões, pelas torturas e maus tratos. Os fatos que os patriotas venezuelanos vêm denunciando de alguns anos para cá começam a vir a lume mesmo nos Estados Unidos, apesar dos esforços de propaganda dos trustes do petróleo. Somente o cinismo de advogados da Standard, como o sr. Assis Chateaubriand, continua a apresentar a Venezuela como "el dorado" petrolífero e como exemplo a imitar.

## QUE SE PASSA REALMENTE EM CUBA?

Alguns fatos recentes, ocorridos em Cuba, estão deixando perplexos aqueles que vinham acompanhando com natural simpatia a luta dos rebeldes de Fidel Castro, dirigida contra a ditadura de Batista. O primeiro desses fatos foi a posição assumida publicamente pelo embaixador dos Estados Unidos contra certas violências da polícia cubana. Logo a seguir o representante dos rebeldes em Washington promoveu um desfile em frente à Casa Branca, com cartazes elogiosos a Foster Dulles. Ora, é coisa notória que Batista não tem passado de simples instrumento do imperialismo norte-americano, opressor feroz de seu próprio povo e defensor dos interesses dos monopólios açucareiros e dos banqueiros de New York. A rebelião de Fidel Castro foi acolhida por numerosos setores da opinião pública cubana como uma luta em defesa das liberdades demo-

cráticas, pela derrubada da ditadura, e pelo restabelecimento da normalidade costumes bastante claros de um certo apoio norte-americano aos rebeldes. Parece que o próprio Batista já sente que começa a perder a confiança dos seus antigos patrões.

Ao que parece repete-se em Cuba a tática invariavelmente seguida pelo imperialismo norte-americano na América Latina. No momento em que Batista, já desgastado e desmoralizado, e tendo contra si a nação, não tem mais forças para satisfazer a todas as exigências dos rebeldes, o governo de Washington começa a pensar seriamente em substituí-lo por outro grupo que, adotando certas reivindicações sentidas pelas massas, como o restabelecimento da Constituição, poderá enganá-las por mais algum tempo. Não significa isso que todo o grupo em torno de Fidel

Castro tenha esse caráter, pois na realidade é ele bastante heterogêneo. Embora Fidel Castro nunca tenha levantado reivindicações de sentido antiimperialista, juntaram-se a ele certos setores patrióticos e populares, como o movimento estudantil. E é bem possível que a evolução dos acontecimentos não siga exatamente o rumo que desejariam os imperialistas norte-americanos. O simples restabelecimento de certas liberdades democráticas, ao qual os rebeldes, se vitoriosos, não poderiam fugir, criará condições favoráveis a um mais rápido desenvolvimento de todas as lutas populares e à expansão do poderoso sentimento antiimperialista que já há muitos anos existe no país. Os acontecimentos das próximas semanas tornarão certamente mais claro o panorama da situação em Cuba, no momento bastante confuso.

### Crônica

#### Internacional

DIVERSOS acontecimentos, ocorridos na última quinzena, refletem a evolução geral da situação internacional no sentido do desafogo, do progresso, e da coexistência pacífica.

Convocada por eminentes personalidades como o sábio japonês Hidéko Yukawa, laureado do prêmio Nobel, os srs. Tetsu Karamaya, ex-primeiro ministro do Japão, e Tamaki Yukawa, presidente da secção japonesa da Associação Cristã Feminina, Charlie Chaplin, o cientista Leopold Infeld, vice-presidente do Conselho Mundial da Paz, reuniu-se em Tóquio a III Conferência Mundial contra as Bombas A e H e pelo Desarmamento. Além dos 5.000 delegados vindos de todos os pontos do Japão, viajaram cerca de 70 representantes estrangeiros, de 20 países e 9 organizações internacionais. No dia 6, data do início da reunião, foi comemorado em Hiroshima o 12º aniversário do lançamento da primeira bomba atômica norte-americana. Com as 185 vítimas das irradiações falecidas no ano passado, o total de mortos em consequência do bombardeio já atinge a cifra espantosa de 260.000 pessoas. O clamor mundial pela imediata cessação das explosões experimentais de armas nucleares, além da elevada expressão que acaba de ter na Conferência de Tóquio, foi também reforçado com a resolução adotada pelo Conselho Mundial (Oecumênico) das Igrejas, que congrega a maioria das igrejas protestantes na Europa e nos Estados Unidos.

O encerramento da III Conferência Mundial contra as Bombas A e H coincidiu com o término da mais ampla e vigorosa manifestação internacional em favor da paz e da amizade entre os povos até hoje verificada: o grande Festival da Juventude, em Moscou. Quando, logo

após os acontecimentos da Hungria, era intensa a campanha anticomunista e anti-soviética desenvolvida pelo imperialismo, muitas pessoas julgavam impraticável a realização, na data marcada, do Festival; diziam que seria estreito e polémico. Outros consideravam mesmo que a realização desses encontros mundiais de jovens já estaria inteiramente superada. Os fatos desmentiram na prática, e aliás em forma espetacular, todas as previsões pessimistas. O prestígio crescente do campo socialista, com a União Soviética à sua frente, e a vontade dos povos de conviver em paz, foram mais fortes que as provocações da reação internacional. O Festival de Moscou ultrapassou de muito, em amplitude e entusiasmo, todas as realizações anteriores do mesmo tipo. Pela primeira vez as grandes agências de notícias tiveram que abandonar sua campanha de silêncio, e foram forçadas a ocupar-se do encontro da juventude, diariamente. As secções esportivas dos grandes jornais burgueses, e os programas das estações de rádio dos países capitalistas tiveram de registrar os torneios, as festas, as reuniões fraternais.

Encontros internacionais como o Festival de Moscou, que reúnem pessoas de todos os países do mundo, independentemente de seus sistemas políticos e sociais; visitas mútuas de delegações; intercâmbios culturais de todos os tipos; — constituem meios dos mais eficazes para a eliminação da guerra fria, para a aproximação dos povos. E assistimos no momento a um surto impressionante de iniciativas como essas. Devem elas ser estimuladas ao máximo em todo o mundo. Cada êxito nesse terreno constitui mais uma derrota das constantes manobras do imperialismo, mais um passo para o progresso e a conquista de uma paz verdadeira e duradoura.

# Ocupar Nossos Aeródromos e Apoderar-se dos Minérios Atômicos

Constituem uma afronta ao Brasil as declarações prestadas, perante uma Comissão da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, pelo Coronel Thomas Handford, diretor regional do Departamento de Defesa e Encarregado do Hemisfério Ocidental.

Como se fossemos colônia lanque, de cujo destino e utilização decide o Departamento de Defesa dos Estados Unidos, por indicação de um Encarregado do Hemisfério Ocidental, afirma o Coronel Handford aos congressistas americanos:

«Antes de muito tempo teremos necessidade de usar os aeródromos brasileiros para outros fins, além da necessidade atual de lugares para o controle da trajetória dos projéteis teleguiados e das facilidades de comunicação. O saliente do Brasil oferece maior acesso da África ao Hemisfério Ocidental e em virtude de sua gran de saturação de nossas rotas aéreas internacionais, não se passará muito tempo antes que haja necessidade de utilizar os aeródromos brasileiros...»

E como se o coronel fosse também «Encarregado» de nossos minérios atômicos afirma aos Deputados lanques, de maneira incisiva:

«O Brasil possui vastos depósitos de terras raras, que contém tório, as quais podem, também, ser uma fonte de energia nuclear para uso dos Estados Unidos».

Essas cínicas declarações, que constituem intolerável afronta à nossa soberania e encerram desprezo absoluto pela nossa independência política, foram publicadas até em manchetes pelos jornais da Capital da República e até agora não surgiu qualquer resposta, por mais débil que fosse, do governo Kubitschek, responsável pelo infamante acordo sobre Fernando de Noronha, que nos transformou em peça do dispositivo lanque de agressão atômica.

Antes do mais, as declarações do «Encarregado» lanque confirmam que não só a ilha de Fernando de Noronha, mas também os nossos aeródromos já estão sendo utilizados para controle dos teleguiados e para «facilidade de comunicação» dos militaristas americanos.

Revelam ademais, as ultrajantes declarações, que dentro em pouco tempo nossos aeródromos seriam utilizados para «outros fins» e os nossos minérios atômicos constituiriam fonte de energia nuclear «para uso dos Estados Unidos».

A extensão da afronta à nossa soberania e o silêncio do governo Kubitschek são uma consequência política ló-

rasgar todos os «acórdos» ou gica do acordo que não só entregou Fernando de Noronha, mas ligou o Brasil às aventuras belicistas do Pentágono.

Existe, entretanto, algo mais do que a submissão do governo Kubitschek e os planos agressivos do Departamento bélico do governo lanque. Algo com que parece não contar o «Encarregado» do nosso Hemisfério nem os congressistas norte-americanos. Existe, no Brasil o poderoso e cada dia mais organizado e consistente movimento nacionalista de nosso povo, que se estende por todo o país, unindo os patriotas de todas as tendências políticas, de todas as classes e camadas sociais.

E este movimento patriótico cresce e se fortalece, precisamente porque o nosso povo está decidido a libertar a

pátria da opressão lanque, «tratados» que transigiram com a soberania e a independência política do Brasil e a preservar para os brasileiros os nossos aeródromos e minérios atômicos, todas as riquezas do nosso território e todos os resultados do trabalho de nosso povo.

O desprezo à nossa independência nacional, contido no depoimento do coronel Handford, será respondido pelo povo brasileiro, que já toma conhecimento das intenções e planos dos militaristas lanques, e prosseguirá na luta pelo fortalecimento e união crescente do seu invencível movimento de defesa dos mais sagrados direitos e interesses nacionais. Não seremos colônia lanque! Serão sempre nossos os nossos aeródromos e minérios atômicos!

# Exige o Povo Carioca Eleições do Prefeito em 1958

A EMENDA Constitucional, que restituiu a autonomia do Distrito Federal, constituiu uma importante vitória democrática conquistada pelo povo carioca, após memorável campanha que contou com a participação das principais forças políticas da Capital da República e com o apoio caloroso de amplas massas populares.

As vitórias eleitorais dos comunistas nas capitais, e especialmente a consagração que Luiz Carlos Prestes recebeu do povo carioca quando eleito senador pelo Distrito Federal, atemorizaram a maioria reacionária da Assembléia Constituinte. O Distrito Federal, as capitais estaduais e os portos de mar ficaram privados do direito de eleger seus prefeitos em virtude de um dispositivo de origem anticomunista, que importou em intolerável restrição dos direitos democráticos das principais cidades do país.

Mas a vitória do povo carioca, que se mobilizou em todos os bairros durante o Congresso Pro-Autonomia, não se tornou ainda efetiva em virtude de uma divergência contida no próprio texto da Emenda Autonomista: num artigo se afirma que a eleição para Prefeito coincidirá com a de vereadores e em outro se diz que terá lugar juntamente com a eleição presidencial de 1960. Ora, a eleição para a Câmara do Distrito Federal será em outubro de 1958 e foi necessária a apresentação de nova emenda tornando certo que será nesta data a eleição do Prefeito.

Esta última emenda teve agora parecer favorável na Comissão competente do Senado. Mas para que o povo carioca possa eleger o seu prefeito em 1958 necessário se torna que a emenda seja aprovada por dois terços dos senadores e dos deputados.

Nova campanha está em curso em apoio da nova emenda. Ao sr. Kubitschek, dizem certos políticos, não convém a eleição imediata e a maioria do PSD estaria inclinada a votar contra a emenda.

Cabe ao povo carioca repetir o vigoroso movimento do Congresso Pró-Autonomia e exercer toda a pressão possível sobre o PSD e o presidente da República, que duran-

te a campanha eleitoral, em todos os comícios e pronunciamentos prometeram a Autonomia do Distrito Federal. Dependerá certamente do vigor dessa campanha, da mobilização da opinião pública e das massas populares, assim como da união das principais forças políticas do Distrito Federal, a sorte da emenda que está em curso visando restituir ao povo carioca o legítimo direito de que foi esbulhado por uma reacionária maioria da Constituinte de 1946.

Todos os moradores da cidade estão interessados, diretamente, em eleger o seu prefeito, que terá responsabilidade perante seus eleitores, deles dependerá em sua carreira política e por isso mesmo terá de voltar a sua atenção para os mais angustiosos problemas do Distrito Federal. A série imensa de prefeitos nomeados pelo Presidente da República e sujeitos ao Senado através da apreciação dos vetos, outra coisa não fez senão transformar a Prefeitura do Distrito Federal em monstruosa máquina burocrática, com mais de setenta mil funcionários. Os sucessivos prefeitos, nomeados por curtos períodos, tratavam tão somente de nomear e criar novos cargos e funções. Além das nomeações dos políticos locais, comuns a todas as prefeituras, havia que atender sempre às exigências do Catete e do Monarca, o que transformou a Prefeitura na principal fonte de empregos da chamada política nacional. Mais de 90% de um gigantesco orçamento superior a dez bilhões de cruzeiros (somente inferior ao do Estado de São Paulo e muito superior aos de Minas, Rio Grande do Sul e Pernambuco) são destinados ao pagamento do pessoal.

Com tamanha arrecadação não tem a Prefeitura dinheiro nem para tapar os buracos das ruas, agravando-se de ano a ano os problemas mais sérios como o da água, esgotos, favelas, hospitais, escolas, lixo, calçamento etc.

Partindo do debate de tais problemas foi possível a mobilização popular do Congresso Pró Autonomia. O mesmo terá de ser feito pelo povo e pelos políticos, em todos os bairros e subúrbios, a fim de tornar vitoriosa a luta pela eleição em 1958.

# A Duplicidade do Renegado Agildo Barata

TEXTO DO SEU DEPOIMENTO NA NONA VARA CRIMINAL

“NÃO TEM INTERESSE EM ALEGAR QUALQUER COLISA” CONTRA BORER E VASCONCELOS

NÃO SE CONSIDERA RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA DO PCB, QUE DENOMINAVA “PROGRAMA DE SALVAÇÃO NACIONAL E DA FELICIDADE DE NOSSO POVO”

Continuamos a publicar dezenas de resoluções, adotadas pelas organizações do Partido Comunista em todo o país, nas quais se manifesta a mais veemente repulsa dos comunistas brasileiros às atividades do pequeno grupo fracionista dirigido por Agildo Barata. O volume destas resoluções e os termos em que são escritas constituem uma clara demonstração de que os combatentes de vanguarda da classe operária brasileira soberam defender a unidade de seu Partido e rechaçar as tentativas dos divisionistas de arrastá-lo pelo caminho do revisionismo, da negação dos princípios marxistas-leninistas.

Derrotados e esmagadamente nas fileiras do Partido Comunista, repellidos por todos os Comitês e organizações de base de norte a sul do país, Agildo Barata e seu grupelho não renunciam, porém, as suas ambições políticas. Embora se digam «marxistas renovadores», tratam de galgar posições nos agrupamentos políticos burgueses. Não conseguindo convencer os comunistas a abandonarem a ideologia e a política da classe operária para fundir-se com os elementos burgueses, Agildo Barata viu-se isolado, e agora disputa um lugar neste ou naquele partido. Eis porque se apressa a apagar um incômodo passado revolucionário que poderia dificultar sua conversão num político aceitável para as classes dominantes.

Agildo Barata apresentou-se à Justiça para renegar suas posições políticas como comunista, para eximir-se da sua responsabilidade pelo programa do PCB. Este é o fato irrefutável que se pode comprovar pelo documento que hoje divulgamos, um trecho do seu depoimento prestado ante o Juiz da Nona Vara Criminal. Pelo texto desse documento, pode-se constatar a que extremos de indignação chegou Agildo Barata, no seu afã de «limpar-se» com a polícia política.

Sendo-lhe perguntado se tinha algo a declarar contra as testemunhas do processo, os bárbaros assassinos e torturadores Cecil Borer e Vasconcelos, limitou-se a dizer interesse em alegar qualquer coisa contra as testemunhas referidas, conhecendo por informações que os mesmos são espancadores de presos políticos de modo geral.

Negando a imputação de sua responsabilidade pelo programa do PCB, como dirigente que havia sido do Partido Comunista, alegou Agildo Barata «que não é verdadeira a

imputação que é feita ao declarante, pois o declarante não mandou publicar o manifesto nem o assinou». Disse ainda que «o declarante discorda do teor do programa constante do manifesto do P. C., isto fazendo em relação à essência do programa, aos fundamentos do mesmo». Para que fique evidente a duplicidade de Agildo Barata, é suficiente comparar estas suas palavras perante o Juiz com as que pronunciou na tribuna do IV Congresso do PCB, citadas por Luiz Carlos Prestes em sua recente entrevista: «De posse do Programa e dos Estatutos, sob a direção de nosso experimentado C. C., com os olhos fitos nos exemplos gloriosos do vitorioso Partido Comunista da União Soviética e sob a direção de nosso querido camarada Prestes, marchemos para a derrubada do governo dos latifundiários e grandes capitalistas ligados ao imperialismo norte-americano e para a conquista de um governo democrático de libertação nacional, sob a bandeira de nosso Programa, programa de salvação nacional e de felicidade de nosso povo» (Publicado na revista «Problemas» n.º 64, página 305. Os grifos são da redação de VOZ OPERÁRIA).

Diante deste confronto, impõe-se a conclusão extraída por Prestes em sua entrevista: «Quando terá o sr. Agildo Barata falado a verdade? Em 1954, no Congresso do Partido, ou agora perante o juiz que o processa criminalmente? Não há dúvida que qualquer que seja a resposta será ela incompatível com a dignidade de um homem como o passado revolucionário do sr. Barata. Será, na melhor das hipóteses, a resposta de um renegado.»

## Texto do Depoimento

«Que se encontrava nesta capital no período referido na denúncia; que não se recorda da data em que teve conhecimento da acusação; que não conhece as provas do processo; que conhece quase todos os co-réus, nada tendo a alegar contra os mesmos; que conhece a primeira testemunha do processo e a terceira apenas de nome, não conhecendo a testemunha arrolada em segundo lugar; que não tem interesse em alegar qualquer coisa contra as testemunhas referidas, conhecendo por informações que os mesmos são espancadores de presos políticos de modo geral; que não é verdadeira a imputação que é feita ao declarante, pois o declarante não mandou publicar o manifesto nem o assinou; que o declarante não faz parte e nem jamais fez do jornal «Imprensa Popular» que na ocasião referida o declarante era membro do P.C.B.; que atualmente o declarante se desligou do PC, não sendo portanto mais membro do mesmo; que o declarante discorda do teor do programa constante do manifesto do PC, isto fazendo em relação à essência do programa, aos fundamentos do mesmo; que o declarante considera o processo insubsistente porque é matéria publicada pelo jornal; que anteriormente já foi preso e processado; que o declarante foi condenado a 10 anos de prisão e mais 2 anos e meio depois, pelo T. de Segurança Nacional, por ter participado do movimento de novembro de 1935; que já respondeu a mais 2 processos de natureza política; que em relação aos dois últimos processos o declarante foi absolvido, tendo sido o outro arquivado; que cumpriu grande parte das penas impostas pelo T. S. Nacional, tendo sido solto em virtude de um decreto de anistia; que tem como advogados os drs. Antônio Bruzzi Mendonça e Wilson Lopes dos Santos». (Transcrito dos autos — página 729)

NOTA: As testemunhas a que se refere o depoimento são os policiais Cecil Borer, Hélio Silva e Vasconcelos.

# Comentário Político

## Alterações na Lei Eleitoral

DEPOIS de múltiplos embates entre os presidentes e líderes de quase todos os partidos, não obteve o P.S.D. o tão almejado acordo que lhe permitisse assegurar a retirada, da legislação eleitoral, do dispositivo que exige a presença do eleitor no ato do alistamento.

Sem dúvida tem sido o P. S. D., por ser o partido do governo, o maior beneficiário do alistamento de eleitores “fantasmas”. Daí o seu empenho em renegar aquele dispositi-

vo atualmente em vigor. Está já anunciada a batalha em torno de novo projeto eleitoral que será apresentado pelo Sr. Benedito Valadares, depois de entendimento com o P.R., ou melhor com o Sr. Bernardes Filho.

De qualquer forma estará em debate nova modificação da lei eleitoral. Ao povo brasileiro interessam as alterações democráticas no processo eleitoral. Quais são, em resumo, as alterações que fariam do nosso sistema eleito-

ral um sistema democrático? São aquelas que viessem abolir as intoleráveis restrições e discriminações mantidas até aqui pelas maiorias representativas das forças reacionárias:

- 1) Estão impedidos de votar os analfabetos, os soldados e marinheiros.
- 2) Teve o seu registro eleitoral cassado o Partido da classe operária — o P. C. B. — por uma eventual maioria de 3 votos contra 2 do TSE, num período de reação interna e de guerra

ra fria no plano internacional. Na última alteração do Código Eleitoral foi incluído dispositivo que impede aos comunistas de se candidatarem, qualquer que seja a legenda partidária, em aberta violação da liberdade de idéias assegurada pela Constituição.

Na luta que será travada no Congresso, visando alterações na legislação eleitoral, cumpre a todos os democratas cerrar fileiras em torno da abolição das restrições acima apontadas, unindo suas forças a todos os que pleitearem modificações outras que venham facilitar a participação das amplas massas populares nos próximos pleitos.

# Ofensiva dos Trustes no Setor da Energia Elétrica

O SETOR da energia elétrica tem sempre sido entre nós aquele em que mais intensamente se faz sentir a penetração econômica do imperialismo norte-americano. Dois grandes trustes estrangeiros dividem entre si mais de 85% do mercado correspondente: o grupo Light, filiado à matriz canadense Brazilian Traction, Light and Power, hoje em dia fortemente ligada ao grupo financeiro norte-americano Morgan, e aos grandes bancos de financiamento dos Estados Unidos; e o grupo Empresas Elétricas Brasileiras, filiado à American Foreign Power Company (Bond and Share), empresa pertencente diretamente ao grupo Morgan, que aliás possui ainda no Brasil a General Electric, fabricante de material elétrico.

O poderio desses dois trustes, em lugar de reduzir-se, continua aumentando, apesar de certas iniciativas estatais, como Paulo Afonso. E assistimos no momento a uma escandalosa sucessão de favores a eles concedidos pelo governo. Aos métodos antigos de dominação e espoliação, junta-se agora, em escala crescente, a utilização intensiva do capitalismo de estado como instrumento dos monopólios da eletricidade. Colocam-se a seu serviço não só usinas construídas pelo Estado, como os próprios recursos financeiros do Estado, através de generosos financiamentos. Em lugar da luta contra a dominação da Light e da Bond and Share, o que vemos é a consolidação da posição que já ocupam, controlando um setor fundamental e decisivo da nossa economia. Uma grande campanha de esclarecimento e de mobilização da opinião pública impõe-se com urgência, a exemplo do que foi feito em relação ao petróleo brasileiro.

Citemos alguns fatos concretos, como comprovação do que afirmamos:

1º) — A capacidade total das usinas geradoras da Light e das Empresas Elétricas representava, em 1949, 85% da capacidade total das usinas de empresas fornecedoras de eletricidade em todo o país. Com a construção da usina de Paulo Afonso, das usinas das empresas CEMIG (Centrais Elétricas de Minas Gerais), da Comissão Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul, e de algumas outras iniciativas de governos estaduais, essa porcentagem diminuiu para 69%. No entanto, se compulsarmos as estatísticas de distribuição, isto é, de venda de energia elétrica aos consumidores, verificaremos que a posição dos dois trustes não foi enfraquecida. A Light e a Bond and Share distribuem mais de 85% da energia elétrica fornecida aos consumidores em todo o Brasil!

Como se explica isso? É que as usinas estatais estão trabalhando para os trustes. Oitenta e oito por cento da energia produzida pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco estão sendo distribuídos por duas filiais da Bond and Share, a The Pernambuco Tramway, Light and Power (Recife) e a Cia. Energia Elétrica da Bahia (Salvador). A Companhia Fôrça e Luz de Minas Gerais (Belo Horizonte) e Cia. Energia Elétrica Rio-Grandense (Porto Alegre), também do grupo Bond and Share, vivem em boa parte às custas das usinas da CEMIG e da Comissão Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul, construídas pelos governos estaduais.

2º) — O sr. Juscelino Kubitschek, em seu recente discurso de balanço de 18 meses de governo, refere-se a uma de suas «metas»: elevar até 1960 a potência instalada total do país de 3.000.000 (capacidade atual) para 5.000.000 de kw, devendo para isso serem construídas ainda em seu governo usinas com a potência total de 2.000.000 de kw. Desse total, 450.000 kw já entraram em funcionamento em 1956, sendo 260.000 kw correspondentes à 1ª etapa da usina subterrânea de Cubatão, da Light e 80.000 kw à 1ª etapa da grande usina de Peixoto,

da Bond and Share. Referindo-se às principais realizações que deverão ainda ser inauguradas neste e nos próximos anos, para atingir aquela «meta» em 1960, o Presidente da República cita nominalmente as seguintes obras: Peixoto (2ª etapa, mais 320.000kw), Cubatão (2ª etapa, mais 130.000 kw), Piratininga (ampliação da usina térmica da Light em São Paulo, mais 250.000 kw) e Paulo Afonso (2ª etapa, mais 120.000 kw até 1960). Fica assim comprovado, pelas próprias palavras do sr. Juscelino, que a «meta» de seu go-

## Fernando Luiz Lôbo Carneiro

vêrno será alcançada principalmente através de usinas de propriedade dos trustes, construídas, como vemos, com ajuda financeira do Estado. A posição da Light e da Bond and Share ficará ainda mais reforçada, ao ser alcançada aquela «meta».

Aliás os documentos oficiais declaram, em mais de um lugar, que pelo menos metade do plano de eletrificação do próximo decênio terá que ser realizado pela «iniciativa privada», pois as realizações previstas para a «Electrobrás» e para os planos estaduais não chegam a alcançar metade das necessidades prováveis. Por outro lado, nem nos documentos oficiais, nem nos projetos do «Plano» e da «Electrobrás» é feita qualquer restrição aos capitais dos trustes estrangeiros, quando se fala em «iniciativa privada».

3º) — O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico já emprestou 250 milhões de cruzeiros à Bond and Share, para a construção da primeira etapa de sua usina de Peixoto. Há algumas semanas o noticiário das estações de rádio divulgou que mais um financiamento total de 1 bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros foi concedido aos trustes, sendo 800 milhões à Light e 700 milhões à Bond and Share. O deputado Dagoberto Salles denunciou, em discurso na UNE, que esses financiamentos elevar-se-ão mesmo, em breve, a 2 bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros.

Há alguns anos atrás era o Tesouro Nacional que garantia empréstimos para a Light, no Banco Internacional. Agora já são fundos em moeda nacional, retirados dos recursos postos à disposição do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que se entregam aos trustes. A nota oficial dessa instituição, intitulada «A verdade sobre o acordo do Trigo», confirma que o Banco é quem vai financiar a 2ª etapa da usina de Peixoto. Aliás esta usina faz parte de uma série de novas concessões obtidas pela

Bond and Share ao longo do Rio Grande, na fronteira de Minas e São Paulo, totalizando 1.100.000 kw, isto é, o triplo da capacidade atual de todas as empresas do grupo!

4º) — É ainda o próprio sr. Juscelino, em sua Mensagem, quem confirma a participação da Light e da Bond and Share, embora como acionistas minoritários e preferenciais (sem direito a voto), na gigantesca usina de Furnas, de 1.000.000 kw, cujo projeto definitivo está sendo elaborado pela COBAST, empresa técnica auxiliar do grupo Light. Será esta mais uma usina construída para servir aos trustes, pois a eles será vendida em grosso quase toda a energia produzida, para ser distribuída em suas áreas de concessão. A usina será financiada principalmente com os cruzeiros obtidos pela venda do trigo excedente norte-americano, e que nos são emprestados pelo prazo de 40 anos pelo Export-Import Bank. O artigo 4 do acordo entre o Eximbank e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, complementar do «acordo do trigo», põe a nu o conteúdo colonialista dessa transação, pois obriga o BNDE a submeter ao Eximbank todos os projetos a serem assim financiados. O deputado Dagoberto Salles, em veemente discurso na Câmara dos Deputados, denunciou o esquema adotado para o projeto de Furnas como «uma usina apenas para manter o monopólio de companhias estrangeiras».

5º) — Nova e absurda concessão acaba de ser feita pelo governo à Bond and Share.

Trata-se do novo «acordo atômico» assinado nos Estados Unidos em 31 de julho último, pelo sr. Amaral Peixoto, graças ao qual a «American Foreign Power Co.» construirá e explorará em Niterói, a primeira usina atômica geradora de energia elétrica do Brasil. Nosso país, possuidor de grandes reservas de minerais de urânio e tório, entrará assim na «era atômica» com uma usina em poder do truste Bond and Share!



Usina elétrica de São Francisco, construída por técnicos e trabalhadores brasileiros

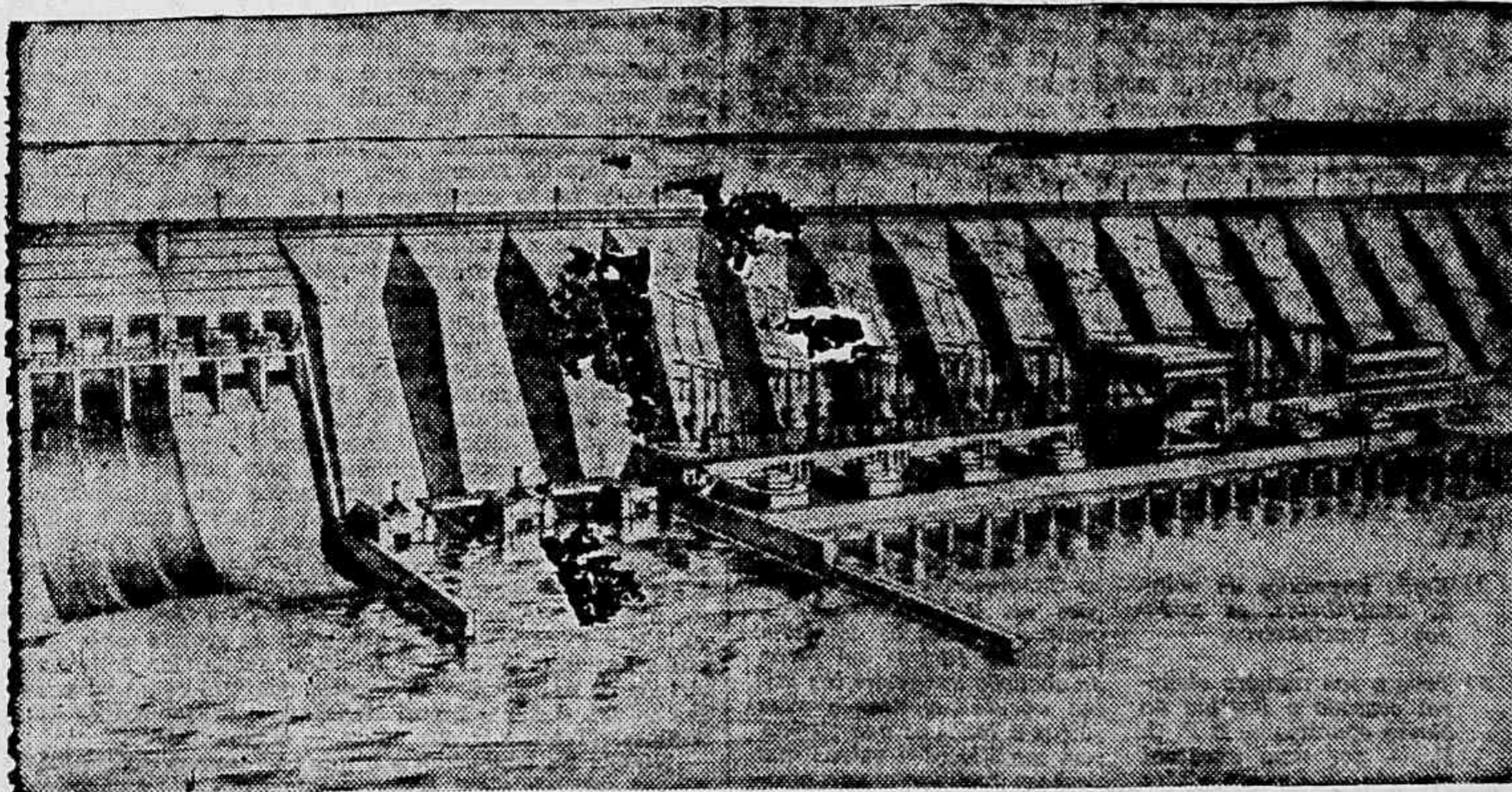
6º) — Para completar essa escandalosa série de favores, o Presidente da República enviou à Câmara, na mensagem 476 de 1-9-56, um projeto de lei modificando o Código de Águas. Baseou-se para isso o sr. Juscelino no artigo 19 do projeto do «Plano Nacional de Eletrificação», que estabelece o seguinte: «Lei especial disporá sobre o incentivo à iniciativa privada para o estabelecimento e ampliação de usinas geradoras, linhas de transmissão e redes distribuidoras de energia elétrica». O projeto do sr. Juscelino permite que os atuais concessionários, sem distinção entre capitais nacionais e capitais dos trustes, «reavaliam» o custo histórico de suas instalações, levando em conta as sucessivas desvalorizações de

nossa moeda. O valor dos investimentos anteriores a 1943, por exemplo, seria multiplicado por 5,8. Em seguida as tarifas seriam aumentadas, para assegurar um lucro líquido de 12% ao capital assim calculado. São bastante conhecidos, por exemplo, os processos de formação, às custas do povo brasileiro, do capital da Light, as violações sem número dos contratos, a continuação da posse de bens que já deveriam ter revertido ao poder público, etc. Pois com o projeto do sr. Juscelino tudo isso estaria perdoadado, e a Light «reavaliaria» seus investimentos, e suas tarifas seriam automaticamente aumentadas! Cumpre impedir a todo custo esse assalto aos patrióticos preceitos do Código de Águas.

Em face de tudo o que acabamos de expor, que cumpre fazer? A simples palavra de ordem de apoio à Electrobrás, ou lutar para que os trustes não impeçam a aprovação do projeto que cria a Electrobrás, constituiria, a meu ver, uma perigosa ilusão, e em certos casos mesmo, uma mistificação, pois o projeto da Electrobrás, tal como foi redigido, não representa obstáculo a nenhuma das concessões aos trustes acima indicadas. Ao contrário, esse projeto, uma vez transformado em lei, poderia mesmo ser utilizado para tornar ainda mais fáceis certas manobras em favor dos trustes.

Basta lê-lo. Aliás o projeto da Electrobrás já passou na Câmara, lenta mas rotineiramente, sem maiores embates ou emoções, como coisa merecedora da desconfiança de gregos e troianos. O projeto não cria, como muitos julgam, nenhum monopólio estatal de certos setores, da indústria da energia elétrica. Embora o Estado deva ser acionista majoritário, não há restrições quanto aos demais acionistas, que poderão ser até mesmo os trustes. A empresa, que deverá funcionar sempre ao lado da «iniciativa privada» nacional ou estrangeira, terá como encargo fundamental a execução dos empreendimentos federais constantes do Plano Federal de Eletrificação (art. 2º, § 1º), isto é, terá como objetivo fundamental construir usinas para vender energia em grosso aos atuais concessionários, isto é, aos trustes (art. 1º, § 2º de «Plano»). Mas a Câmara acrescentou ainda ao projeto original um dispositivo que o transforma, de simples arma de dois gumes podendo funcionar como auxiliar dos trustes, em projeto diretamente entreguista. Trata-se de uma emenda, aprovada por maioria, que determina a Electrobrás que se retire do capital de suas subsidiárias, quando estas atingirem maturidade econômica. Isto permitirá que as próprias usinas construídas pelo Estado passem depois à propriedade pura e simples dos trustes.

O projeto da Electrobrás já está no Senado, e pode ser aprovado a qualquer momento. Não deve no entanto ser desprezada a possibilidade de ainda emendá-lo. Mas é em relação ao projeto do «Plano Nacional de Eletrificação» que uma grande campanha em torno de emendas deve ser imediatamente iniciada e dirigida ao mesmo tempo contra a pretendida modificação no Código de Águas e contra o esquema do governo para Furnas. Essa campanha se ligará naturalmente aos movimentos locais, já em desenvolvimento, pela encampação das empresas dos trustes. E só assim será possível a todas as forças populares e nacionalistas conquistar um programa de eletrificação do país que o liberte de fato do domínio dos trustes e atenda às urgentes e imperiosas necessidades do nosso desenvolvimento econômico. Se a opinião pública for imediatamente esclarecida e mobilizada, existirão todas as condições para a vitória. O exemplo da Petrobrás aí está.



Barragem de Três Marias, uma das importantes obras nacionais cobertas pelos trustes

# O Dogmatismo e o Revisionismo Alimentam-se Reciprocamente

A revista soviética «Tempos Novos», em seu número de 11 de julho último, publica importante artigo, sob a assinatura de «Observador», em que analisa a atividade antipartidária do grupo dogmático e secretário de Malenkov, Kaganovitch e Molotov.

Publicamos a seguir a parte do artigo que trata da luta contra o revisionismo e o dogmatismo:

**AS TENTATIVAS** de converter a doutrina viva do marxismo num dogma inanimado acompanham o marxismo ao longo de toda a sua existência. «Sei somente que não sou marxista», disse certa vez Marx, quando teve conhecimento de certas tentativas de adulteração dogmática de sua doutrina, realizadas por alguns elementos franceses ao fim da década de 70.

Como introdutórios do dogmatismo no movimento operário atuaram sempre os elementos conservadores acostumados a viver e a pensar de modo antiquado. Estes elementos não somente manifestaram estagnação intelectual, como também tinham aversão aos atos revolucionários audaciosos.

O dogmatismo é o isolamento da vida. Característico do dogmático é a carência do sentido do novo. Ainda mais: o dogmático sente profundo ódio a todo o novo, é conservador, uma vez que cada novo fenômeno é para ele um velho esquema, rotineiro, exige sua análise, desperta a necessidade de uma nova apreciação. E os dogmáticos temem isso mais do que ao fogo.

O dogmático não vê os novos fenômenos na vida. Tão pouco vê as novas possibilidades que oferece a vida em seu desenvolvimento impetuoso. Por isto o dogmático é um imenso obstáculo na construção do socialismo e do comunismo.

Dogmatismo significa romper com as massas, não ter confiança em suas forças.

## TRECHO DE IMPORTANTE ARTIGO DA REVISTA SOVIÉTICA «TEMPOS NOVOS»

### TANTO O DOGMATISMO COMO O REVISIONISMO SÃO RADICALMENTE HOSTIS A TODO O ESPÍRITO DO MARXISMO-Leninismo

O dogmático teme as massas porque teme a vida, e massas e vida estão indissoluvelmente ligadas. Dogmatismo significa sectarismo, desejo de fugir das massas, de refugiar-se num círculo estreito. Por isso o dogmatismo é uma muralha que impede a mobilização da energia criadora das massas populares, que freia a iniciativa das massas.

O grupo antipartidário Malenkov, Kaganovitch e Molotov deu nos últimos anos um exemplo visível de dogmatismo, de alheamento à vida e às massas. Um enraizado conservadorismo nas ideias e uma adulteração dogmática da filosofia marxista-leninista constituíram a base da resistência que este grupo opunha às mais importantes medidas do Partido Comunista, tanto em política interior como em política exterior.

O conservadorismo e o dogmatismo impellem estes homens a opor-se às medidas do partido que tendiam a sanar os erros passados e a criar condições que impedissem a sua repetição. Sua atitude devia-se em parte a que estes homens estavam incursos nestes erros e tinham motivos para procurar ocultá-los. O conservadorismo e o dogmatismo os impediam de ver o novo que surgiu na situação internacional e interna e que requeria imperiosamente novas deduções e novos passos práticos.

Ao longo de toda a história do marxismo, os dogmáticos sempre se cingiram à letra da doutrina, contrapondo-a ao espírito de uma nova teoria que, segundo o próprio

Marx, é, em sua essência, crítica e revolucionária. Os dogmáticos sempre procuram extirpar do marxismo o principal: sua irreduzível alma revolucionária. Um marxista revolucionário disse deles, com felicidade, que não se mantêm mas sim jazem, do ponto de vista do marxismo.

Essa é precisamente a causa de que durante toda a história do movimento operário o dogmatismo e o revisionismo atuem como gêmeos. De imediato salta à vista a diferença que existe entre eles: os dogmáticos se agarram a cada letra, do marxismo enquanto que os revisionistas pedem a revisão do marxismo. Porém essa diferença não impede que tanto o dogmatismo como o revisionismo sejam radicalmente hostis a todo o espírito do marxismo-leninismo.

O revisionismo conduz ao desarmamento ideológico do movimento operário, significa adaptar-se à ideologia burguesa, tirar a medula do espírito revolucionário do marxismo. Porém, no fim de contas, a esse mesmo desarmamento ideológico leva também o dogmatismo, já que não oferece ao movimento resposta às novas exigências colocadas pela vida e, desse modo, abre caminho para todas as teorias e concepções burguesas possíveis.

Não é casual que muitos dos que no início de sua atividade procederam como dogmáticos terminaram conseqüentemente sua trajetória no bando do revisionismo. O exemplo mais patente, porém, não o único, de políticos desse gênero foi o de Karl Kautsky.

Freqüentemente o dogmatismo e o revisionismo se alimentam reciprocamente. Os revisionistas encobrem freqüentemente o seu abandono do marxismo invocando falsamente a necessidade de lutar contra o dogmatismo. Por sua vez, os dogmáticos costumam encobrir a sua indolência mental, a sua aversão a todo o novo com invocações não menos falsas à necessidade de repelir o revisionismo.

Os partidos comunistas ao defender o marxismo criador contra todos seus inimigos, sustentam uma luta sem quartel tanto contra o dogmatismo como contra o revisionismo.

A derrota do grupo antipartidário Malenkov, Kaganovitch e Molotov não é somente um golpe demolidor ao dogmatismo. O desmascaramento dos dogmáticos atinge simultaneamente os revisionistas.

É um triunfo do marxismo-leninismo em ação.

Esta vitória permite ao Partido Comunista da União Soviética aplicar com maior perseverança ainda a política nacional leninista, continuar ampliando os direitos das repúblicas federadas, trabalhar pelo ascenso da economia e da cultura de todas as repúblicas da União Soviética, desenvolver a iniciativa das massas populares.

Em política exterior, o Partido Comunista postulará com maior tenacidade ainda o alívio da tensão nas relações entre os países, a confiança entre eles, a ampliação dos vínculos comerciais e culturais, e a eliminação de todos os obstáculos que impedem as nações de viver em paz e na amizade.

As decisões do 20º Congresso do PCUS já apresentaram grandes êxitos a nosso país. Eles serão maiores ainda agora, quando foram afastadas as forças que pretendiam frear a sua aplicação.

## A BATALHA DO ALISTAMENTO

- ★ O QUE PODE E DEVE FAZER UM POSTO ELEITORAL DE BAIRRO
- ★ PROPAGANDA DO ALISTAMENTO
- ★ INFORMAÇÕES AO POVO

Na última reunião do Tribunal Superior Eleitoral com os representantes dos partidos políticos foi reconhecida por todos os presentes a necessidade de promover uma intensa propaganda em favor do novo alistamento, através da imprensa, do rádio e por todos os meios possíveis.

Com o objetivo de contribuir para o alistamento das grandes massas populares e trabalhadores já se estão instalando, em alguns bairros do Distrito Federal, escritórios ou postos eleitorais.

Tais escritórios farão a propaganda de alistamento, convidando os cidadãos a tirar seus títulos eleitorais, mostrando-lhes o seu vital interesse em participar das eleições e prestando-lhes toda a ajuda e informações necessárias.

Em qualquer sede de clubes, colégios, centros beneficentes, associações de bairro ou profissionais, ou ainda em qualquer salde casa residencial poderá ser instalado um posto eleitoral.

### O que poderá fazer no bairro um posto eleitoral?

Um posto eleitoral de bairro poderá contribuir para a vitória do povo, na batalha do alistamento, realizando as seguintes e importantes tarefas:

#### 1ª) Propaganda do alistamento

Utilizando todas as formas possíveis de propaganda o posto eleitoral deverá difundir entre os moradores do bairro, a ideia da importância do alistamento e da participação massiva do povo nas

próximas eleições. Falxas, cartazes, volantes, serviço de alto-falantes (onde for possível), palestras e conferências, são formas de propaganda que poderão ser utilizadas pelos postos, além de outras que surgirão da iniciativa dos dirigentes populares da batalha do alistamento.

#### 2ª) Informações ao povo

O responsável ou responsáveis pelos postos de bairro devem, inicialmente, obter no Tribunal ou Juízo Eleitoral fascículos das leis e instruções em vigor e aprender a consultá-las para orientar os moradores. Além dos casos comuns, que constituirão a maioria, surgirão casos especiais. Os responsáveis deverão manter estreito contato com o cartório da zona, estabelecer boas relações com o respectivo Juiz, escrivão e funcionários, de modo a se habilitarem praticamente a orientar o povo em todos os casos.

#### 3ª) Ajudar o alistamento

De acordo com a lei que alterou o Código Eleitoral (Lei nº 2.550 de 25-7-53) e instruções em vigor, não podem mais os postos eleitorais levar aos cartórios os requerimentos dos eleitores. Estes deverão preencher o requerimento do título perante o funcionário da Justiça Eleitoral, no cartório ou no local de trabalho (alistamento coletivo).

Mas, uma vez preenchido o requerimento, o cidadão receberá do funcionário um recibo que poderá ser entre-

gado a qualquer pessoa para ir ao cartório buscar o título depois de pronto.

Poderão, assim, os postos de bairro:

- a) Dar todas as informações necessárias.
- b) Acompanhar ao cartório o eleitor, ou grupo de eleitores escolhendo a hora melhor para para todos (todo o cidadão pode faltar duas vezes ao trabalho para fins de alistamento — Artº 57 das Instruções 5.235 T. S. E.).
- c) Encarregar-se de apurar os títulos uma vez prontos, desde que os eleitores queiram confiar-lhes os recibos dados pelo cartório.
- d) Auxiliar os operários das fábricas existentes no bairro a organizar o alistamento coletivo na própria fábrica.
- e) Entrar em entendimento com delegados locais de partidos políticos para obter fotografias sem desembolso de dinheiro.

Nos números 426 e 427 de «Voz Operária» damos algumas explicações sobre alistamento coletivo (nos locais de trabalho) e sobre as despesas com fotografias.

#### Alistamento coletivo

Em qualquer local de trabalho e também nos sindicatos, entidades de classe e hospitais, poderão ser organizadas listas com os nomes de 100 ou mais cidadãos, residentes na mesma zona eleitoral, que serão enviadas ao Juiz dessa zona. Será então destacado um funcionário do cartório para ir ao local de trabalho, fazer o alistamento coletivo de todos os cidadãos constantes da lista. Os postos de bairro poderão, pois, ajudar os empregados das empresas ou repartições locais organizando as listas (datilografadas) contendo os nomes e domicílios e levando-as a cartório.

## Conferência Econômica de Buenos Aires

### Os Truques Americanos Exigem Maiores Concessões

Na Conferência Econômica Inter-americana, a instalar-se em Buenos Aires no dia 19, os imperialistas norte-americanos farão novos esforços para submeter totalmente a economia da América Latina aos interesses dos monopólios dos Estados Unidos, tentando impedir qualquer veleidade de desenvolvimento independente de nossos países.

Os comentários que têm sido publicados nos últimos dias pelas agências telegráficas e as declarações antecipadas aos jornais por membros da delegação norte-americana não deixam qualquer dúvida quanto aos propósitos dos monopólios lanques naquela conclave.

#### CONTRA AS REIVINDICAÇÕES LATINO-AMERICANAS

O sr. Ray Robottom, sub-secretário de Estado para os assuntos latino-americanos, disse sem rebuços à imprensa uruguaia que os Estados Unidos se opõem a algumas das principais reivindicações dos países latino-americanos: a criação do Banco Inter-Americano, destinado a financiar projetos de desenvolvimento, e a conclusão de acordos para estabilização dos preços dos produtos básicos exportados pelos países latino-americanos.

Consideram os norte-americanos que nossos países devem continuar sujeitos aos créditos do Eximbank e do BIRE, com todas as exigências econômicas e políticas a que tais créditos estão vinculados. Além disso, os monopólios lanques querem ter as mãos livres para manobrar com os preços do café, do cobre, do chumbo, do zinco e de outros produtos da economia latino-americana, cujos maiores compradores são os Estados Unidos.

Um dos objetivos da delegação dos Estados Unidos na

Conferência de Buenos Aires será conseguir dos países latino-americanos concessões ainda maiores aos grupos monopolistas que desejarem investir capitais na América Latina. As exigências norte-americanas consistiriam principalmente no seguinte:

1) — Liquidação do «estatismo», isto é, dos projetos de desenvolvimento financeiro pelo Estado. Com isto, visam destruir o monopólio estatal no setor petrolífero e abrir caminho à Standard Oil.

2) — Eliminação dos controles de câmbio, para que as empresas americanas possam remeter livremente dividendos, juros e capitais.

3) — Abolição da tributação, ou seja, dos impostos que gravam o capital americano tanto no país em que é investido como nos Estados Unidos.

Além disso, os capitalistas lanques, pela voz do magnata Eric Johnston, assessor econômico do presidente Eisenhower, pregam a criação de um mercado comum para o Hemisfério Ocidental, exigindo que sejam abolidas todas as barreiras alfandegárias e as restrições cambiais entre os países americanos. A poderosa indústria dos Estados Unidos estaria assim em condições privilegiadas para liquidar as indústrias incipientes dos países latino-americanos.

Um dos maiores obstáculos que se antepõem a realização dos planos lanques é a consciência nacionalista dos povos latino-americanos, que se aprofunda a cada dia que passa. Não admira, pois, que um dos delegados americanos a Conferência de Buenos Aires, o sr. Samuel Waugh, presidente do Eximbank, tivesse atacado o nacionalismo em entrevista a imprensa brasileira.

Procurando aconselhar o Brasil a abandonar qualquer

tendência nacionalista, Waugh acrescentou, porém uma ameaça velada de sua pensão dos créditos americanos ao nosso país, quando disse: «Ao capital não faltam países para onde se dirigir neste momento. Como o Brasil, há muitos».

A representação do Itamarati na Conferência de Buenos Aires, indicada pelo sr. Kubitschek, inclui elementos conhecidos por sua submissão às exigências dos imperialistas lanques, como o embaixador Amaral Peixoto, autor de recente libelo contra o nacionalismo; o sr. Eugênio Guadín, testa-de-ferro de Bond and Share; o eng. Lucas Lopes, do grupo entreguista do BNDE; o ministro Barbosa da Silva, sabotador da ampliação de nosso comércio exterior, e o homem dos famosos «acordos de Washington» Valentim Bouças. O chefe de delegação, ministro Alkmin manteve há poucos dias uma entrevista secreta em seu gabinete com o sr. Robert Anderson, representante dos Estados Unidos na Conferência de Buenos Aires. Estranhando o sigilo de que se revestiu o encontro, o jornal «Ultima Hora» comentou que uma conduta como a do sr. Alkmin ontem não serve aos nossos interesses e nem inspira confiança aos que, não sabendo ao certo do que se trata, podem admitir todas as versões, inclusive aquela de que o nosso representante está disposto a entregar mais do que seria de esperar, esquecendo os interesses que lhe cabe defender».

O povo brasileiro deve estar vigilante em relação ao que ocorrer na Conferência de Buenos Aires. Cabe às forças nacionalistas e populares exigir que a delegação brasileira defenda ali os interesses nacionais contra as pretensões dos representantes dos truques.

## ENCERRADO O FESTIVAL MUNDIAL DA JUVENTUDE

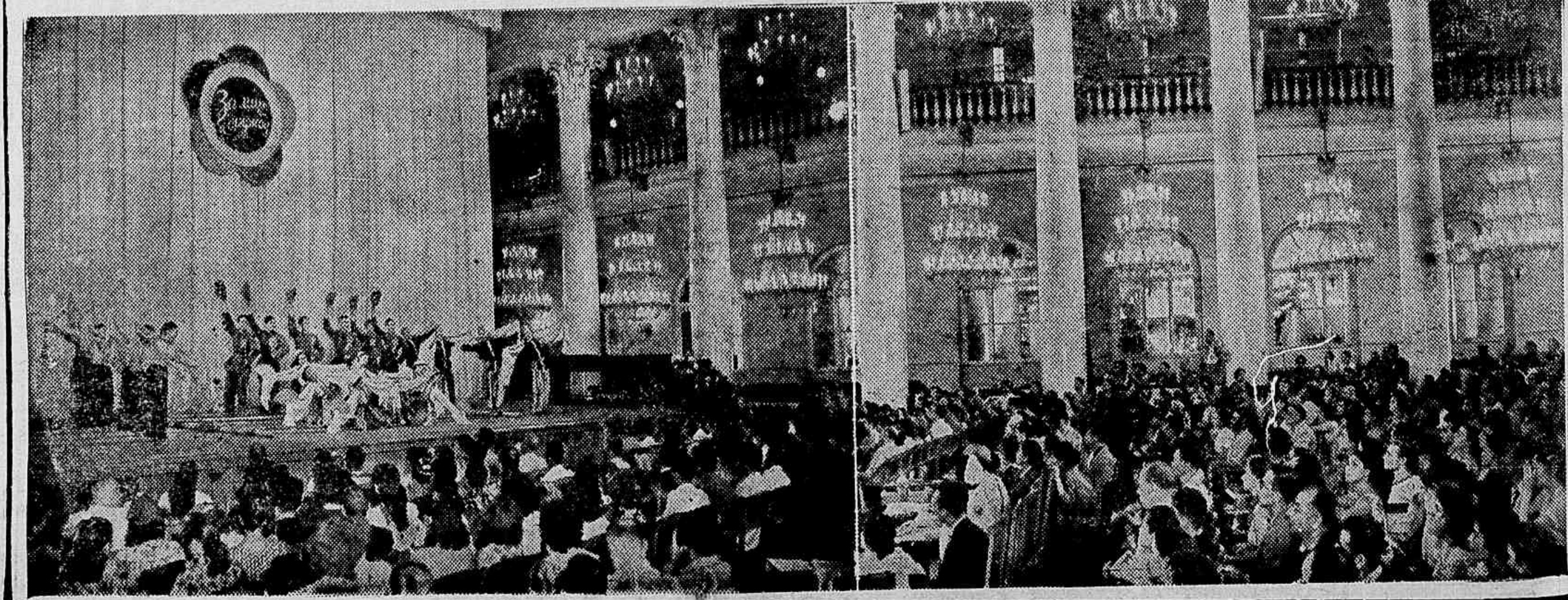
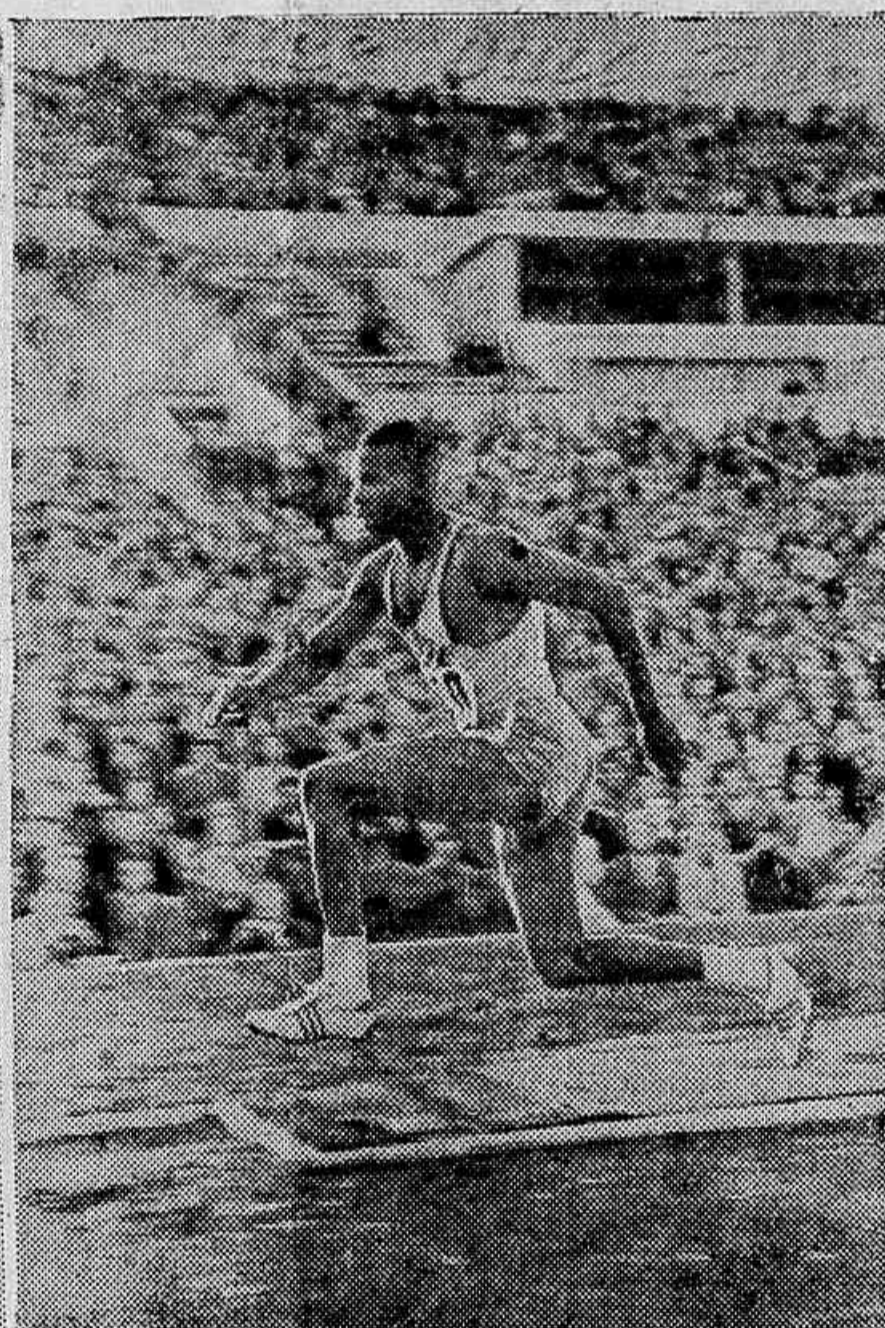
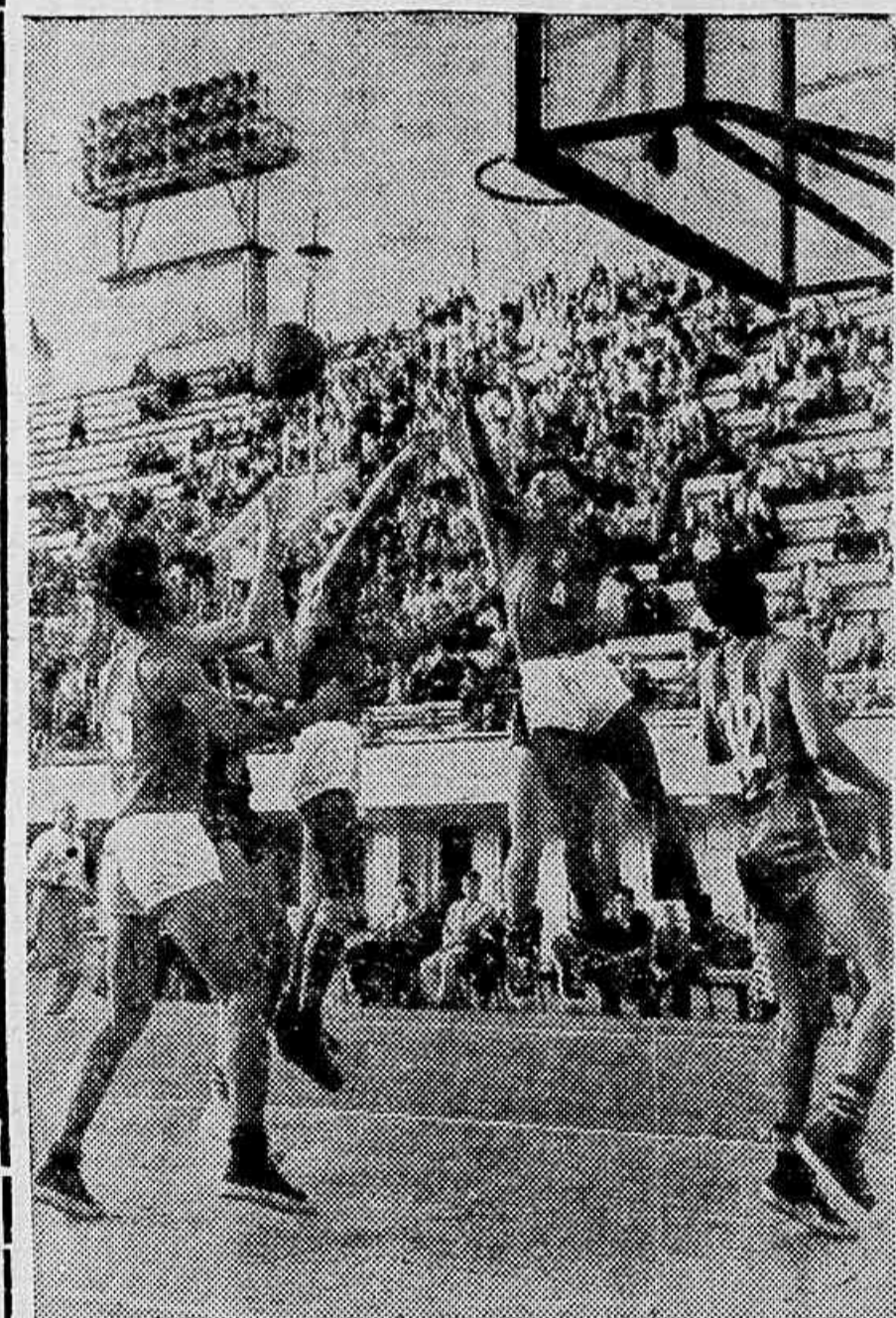
Alguns aspectos do grandioso Festival Mundial da Juventude, que foi encerrado dias atrás em Moscou:

1) Exibição do "Coral Bach", de Recife, no Club Internacional de Estudantes da Universidade de Moscou.

2) Lanço da partida de basket-ball entre os times do Brasil e da Coréia. Os brasileiros venceram por 91 a 68.

3) Ademar Ferreira da Silva, o grande atleta brasileiro, quando venceu a competição de salto triplicado, fazendo... 15 m., 92.

4) Espetáculo na Sala das Colunas do Palácio dos Sindicatos, vindo-se o conjunto da República Democrática Popular da Coréia quando executava a dança dos bambus.



# Novas Organizações Nacionalistas Surgem Nos Estados

Prossegue a organização do movimento nacionalista em todo o território nacional. Nos Estados surgem Federações, Frentes, Grupos, Núcleos e outras formas de associação. A Frente Nacionalista Brasileira, no Distrito Federal, as Federações de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, já se transformaram em entidades de largo prestígio, cercadas do caloroso apoio popular.

Projetos de programa têm sido debatidos e diretorias provisórias eleitas, compostas de personalidades de relevo nos diferentes setores da vida nacional. Nos Estados de Pernambuco, Bahia, Ceará, Maranhão, Santa Catarina, Goiás, Pará e Rio Grande do Norte prosseguem os debates e conferências com o mesmo objetivo.

No Estado do Rio e na Paraíba, importantes manifestações e atos tiveram lugar na última semana.

Na Câmara Municipal de Niterói realizou-se a eleição da diretoria provisória, da Frente Nacionalista do Estado do Rio, de que fazem parte deputados federais, estaduais, vereadores de inúmeros municípios e líderes da indústria, comércio, sindicais e estudantis. Em cerca de quarenta municípios estão sendo formadas Frentes Municipais da Frente Nacionalista Fluminense.

Na próxima dia 7 de setembro, em Niterói, será realizado um grande comício sob o patrocínio da Frente Nacionalista Fluminense. No interior do Estado a Frente está programando uma longa série de conferências e debates que contarão com a participação de professores e técnicos, com a finalidade de esclarecer o povo fluminense sobre os mais importantes aspectos dos principais problemas nacionais.

Instalada na Paraíba a Frente Nacionalista. Por iniciativa da Vanguarda Estudantil da Paraíba, do Diretório Estudantil do Colégio Estadual, da Comissão Intersindical da Comissão de Defesa de Fernando de Noronha e do Grêmio Literário Dias Júnior e com o apoio de personalidades representativas dos vários setores da atividade social no Estado foi instalado o Movimento Nacionalista Brasileiro, Seção da Paraíba.

A solenidade teve lugar na Faculdade de Direito da Paraíba e foi presidida pelo Desembargador Júlio Rique, tendo comparecido o representante do Governador do Estado, General José de Oliveira Leite, Desembargadores Antônio Gabinho, João Santa Cruz e Severino Montenegro, o Prefeito de Guarabira, Dr. Omar de Aquino, os padres José Coutinho e Hildo Bandeira,

Jamais os Fluminenses estiveram ausentes dos movimentos cívicos que têm agitado o Brasil e não seria agora, quando toda a nação é sacudida por problemas vitais da sua soberania e do seu progresso, que iríamos nos omitir, por indiferença ou comodismo...

«Problemas como os da Petrobrás, de Volta Redonda, da Companhia Nacional de Alcalis, da Fábrica Nacional de Motores, das Companhias de Navegação Marítima e dos Minerais Estratégicos estão sob o impacto da ação de gru-

## INSTALADA A FRENTE NACIONALISTA FLUMINENSE

FRENTES MUNICIPAIS EM 40 MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO

FUNDADO EM JOÃO PESSOA E CAMPINA GRANDE O MOVIMENTO NACIONALISTA



Dr. Ivaldo Falconi, quando proferia sua Conferência

de Campinas Grande. Durante o ato foi pronunciada pelo professor Dr. Ivaldo Falconi uma conferência sob o tema «Política Nacionalista no Brasil».

Em Campina Grande Com a participação de todas as entidades estudantis e sindicais e o apoio de vereadores, comerciantes, professores, representantes de profissões liberais, foi fundada na cidade de Campina Grande a Seção de Campina Grande da Frente Nacionalista.

Estiveram presentes à solenidade que se realizou na Associação Comercial o comandante da Guarnição Federal,



Parte da assistência na Associação Comercial de Campina Grande

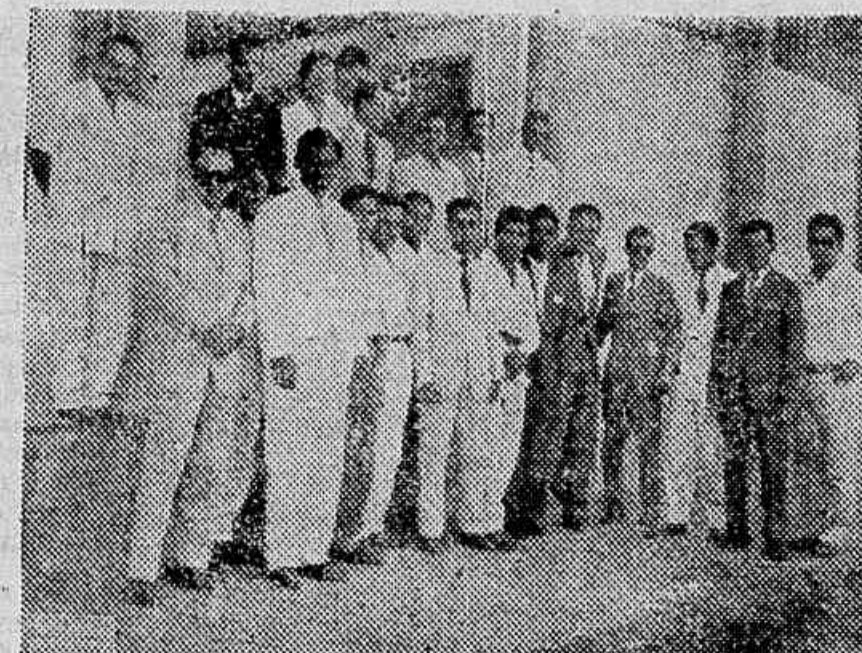
## ORGANIZADO O MOVIMENTO NACIONALISTA CAPIXABA

Foi grandioso e entusiástico o ato de eleição da Diretoria do Movimento Nacionalista Capixaba, que se realizou no recinto da Assembleia Legislativa do Estado, com a presença de numeroso público e a participação de personalidades representativas de todas as camadas do povo espiroantense.

Especialmente convidados, estiveram presentes os representantes do Movimento Nacionalista Brasileiro, Deputado Dagoberto Salles e Major Napoleão Bezerra. Vibrantes discursos foram pronunciados pelos Deputados Clóvis Stenzel, Dagoberto Salles, José Cupertino Leite de Almeida, major Napoleão Bezerra, líder sindical Alcyr Correia da Silva, Dr. Leão Borges representando os socialistas de Vitória e Vereador Namir Carlos de Souza. O líder sindical Alcyr Correia da Silva denunciou o plano de entrega do Vale do Rio Doce ao grupo Rockefeller e acentuou o papel decisivo da participação das amplas massas trabalhadoras na frente da emancipação nacional.

Da diretoria eleita fazem parte nomes expressivos de todos os setores da atividade política e social capixaba. Foram eleitos presidentes de honra os Senadores Atilio Vivacqua e Ary Vianna e o sr. Emilio Zonotti, secretário de Educação do Estado. Entre os membros da diretoria estão os srs. Antônio Gil Velloso, Prefeito de Vitória, Deputado Clóvis Stenzel, Cupertino Leite de Almeida, Moreira Camargo e Argiliano Dario, Vereador Namir Carlos de Souza, sr. Rubens Gomes, Presidente da Federação do Comércio, líder ferroviário Alcyr Correia da Silva.

A diretoria eleita está elaborando o projeto de estatutos e de programa de um plano de atividades do Movimento.



Membros da diretoria executiva da Frente Nacionalista (sede de Campina Grande)

## Adota a Indústria Posição Nacionalista

aprovadas na III Reunião Plenária da Indústria, em Recife, por mais de 300 delegados, importantes resoluções em defesa da indústria nacional brasileira e contra os injustos privilégios concedidos aos capitais estrangeiros

ACABA de reunir-se em Recife, a III Reunião Plenária da Indústria, da qual participaram mais de 300 industriais de todo o país — dirigentes das diferentes direções autoritárias federais, estaduais e municipais.

Propunha-se a reunião como objetivo atualizar a lista de Princípios da Indústria, aprovada em Porto Alegre, bem como a discussão de importantes assuntos que interessam à indústria nacional. Em sua agenda incluem-se questões como a intervenção do Estado na economia, aplicação do capital estrangeiro no país, a política cambial, tarifas aduaneiras, desenvolvimento econômico, inflação e produtividade.

Pelas resoluções aprovadas e pela posição acendadamente nacionalista, adotada em referência a algumas questões, a reunião de Recife atraiu as atenções gerais e teve repercussão nacional, provocando intensos debates na imprensa. Destaca-se por sua importância a aprovação pela indústria de um voto de confiança Petrobrás, proposta pela delegação pernambucana, apesar das tentativas contrárias de alguns representantes, sob pretexto de que era preciso defender a liberdade de iniciativa, contra o chamado «estatismo». Essa manifestação nacionalista, que reflete a amplitude já alcançada pelo movimento em defesa de nossas riquezas contra a dominação imperialista, causou profundo agrado a jornais entreguistas, como o «Estado de São Paulo».

### Defesa da Indústria Nacional

Outras decisões significantes adotou a III Reunião Plenária. No que se refere à indústria nacional, trata a pressão dos trustes imperialistas, desejam essencialmente os industriais brasileiros:

1) — que as remessas de juros e amortizações de capitais estrangeiros un-

de câmbio ou taxas especiais; 2) — que as importações de equipamentos pelas empresas estrangeiras não devam merecer taxas inferiores às vigentes para as empresas de capital nacional;

3) — proibição da concessão de empréstimos por órgão de crédito estatal ou semi-estatal, a empresas que tenham mais de 50 por cento de capital estrangeiro;

4) — participação obrigatória da indústria, através da CNI, nos estudos dos negócios

de autorização para novos investimentos estrangeiros.

Com essas proposições, visa a indústria nacional por tanto aos injustos privilégios concedidos pelo governo brasileiro aos capitais estrangeiros, no que se refere à remessa de lucros para o exterior, à importação de equipamentos sem cobertura cambial e ao financiamento, que vem sendo feito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, principalmente aos trustes que há muito exploram o nosso povo, como a Light e a Bond and Share

### Restrição ao capital estrangeiro

A burguesia industrial brasileira considera útil a vinda de capitais estrangeiros que possam favorecer o desenvolvimento econômico do país, recomendando a adoção de uma seletividade, com prioridade para os capitais que serão aplicados nos setores básicos. Isso revela uma posição inconsequente e vacilante, pois não se pode concordar em que empresas e trustes estrangeiros venham apossar-se justamente dos setores básicos como energia elétrica, ou outros de igual importância.

Os industriais recomendam a adoção do critério de admissão desses capitais, de modo a colocar os empreendimentos nacionais, pelo menos em igualdade de condições com os investimentos es-

trangeiros e reconhecem aos empreendimentos externos no nosso país o direito de repararem os seus ganhos lícitos — porém nunca a câmbio especial.

Debatendo o nosso comércio exterior e os obstáculos que impedem seu desenvolvimento, decidiu a reunião de Recife propor a vinculação de nossos escritórios comerciais no estrangeiro — que tem servido até agora de simples agências de turismo — à Confederação Nacional da Indústria. Adotada essa medida, poderá a nossa indústria intensificar suas trocas comerciais com inúmeros outros países e conseqüentemente, aumentar a produção industrial brasileira.

Por aí vemos que a burguesia nacional está disposta a defender seus interesses e opor-se, às investidas do capital estrangeiro.

### Alguns aspectos

Mas, apesar dos aspectos altamente positivos da III Reunião Plenária da Indústria, algumas resoluções ali aprovadas possuem sentido negativo ou francamente reacionário. Manifestaram-se os industriais brasileiros contra a instituição do salário móvel — reivindicação pleiteada pelas massas trabalhadoras — o ainda pela criação de um órgão que se destine a incrementar a produtividade. Ora, a prática tem demonstrado que sempre que se trata de aumentar a produtividade do trabalho, isso resulta em intensificação do ritmo do trabalho, sem qualquer compensação para os trabalhadores.

### Forjar Uma Ampla Frente Única

A posição adotada pela burguesia nacional brasileira revela sua disposição de lutar em defesa de seus interesses, contra a dominação dos trustes imperialistas. Existem condições, portanto, para forjar uma ampla frente única da qual participem todos os setores sociais democráticos e progressistas interessados no

desenvolvimento econômico de nossa pátria. Essa frente única, através de manifestações de massas cada vez mais vigorosas, será capaz de levar o atual governo a realizar modificações importantes em sua política interna e externa, em defesa dos verdadeiros interesses nacionais.

# Em Defesa da Unidade do P.C.B.

# Teoria e Prática

# O QUE É O REVISIONISMO

W. GOMULKA

(Traduzido de "Kommunist", órgão do C. C. do P. C. U. S.)

Continuamos a publicar novos documentos aprovados por organizações intermediárias do Partido Comunista do Brasil, em apoio às últimas resoluções do C. C. e em defesa da unidade do Partido.

## Comitê Regional de Minas Gerais

Reunido para discutir a «Declaração do Presidium do C.C. sobre as atividades fracionistas de Agildo Barata», decidiu o C. R. de Minas aprovar as seguintes resoluções:

- 1) — apoiar a atitude tomada pelo Presidium contra o grupo fracionista dirigido por Agildo Barata;
- 2) — repetir e combater com decisão a ação antipartidária levada à prática pelo renegado Agildo Barata e seus partidários, que visam desmoralizar a direção central do Partido e quebrar a unidade do Partido, tendo em vista o enfraquecimento do movimento operário;
- 3) — o C.R. de Minas chama a atenção de todos os membros, organizações e amigos do Partido na região para estarem vigilantes contra o perigo que representa para a unidade e a força do Partido a atividade nefasta realizada por Agildo Barata e seu grupo, que através de um ou outro elemento a eles subordinados tentam realizar, na região de Minas, atividades antipartidárias, procurando eriar uma ponte de apoio e angariar recursos com os quais possam prosseguir em suas provocações contra o P.C.B. Por isso, o C.R. de Minas conchama a todos os membros e organizações do Partido e a todos os seus amigos, a repelirem com energia toda e qualquer atividade antipartidária e a defenderem com firmeza a unidade do Partido na Região, perorando fileiras em torno do C.C., que tem a frente o camarada Prestes;
- 4) — o C.R. conchama todos os membros e organizações a aumentar seus esforços, nos contatos e atividades políticas junto às massas, para poder transformar em realidade as tarefas políticas traçadas no Pleno de abril do C. C.

## Comitê de Zona Metalúrgica

(Minas Gerais)

Diante das atividades antipartidárias que vem desenvolvendo o renegado Agildo Barata, à frente de seu reduzido grupo divisionista, o CZ Metalúrgico, interpretando o sentimento da unidade do Partido na Zona de la:

- 1) — o apoio integral à Nota do Presidium

do C.C. do P.C.B. sobre as atividades antipartidárias de Agildo Barata e à Resolução do C.R. de Minas;

- 2) — a necessidade de redobrar, ainda mais, a vigilância nas fileiras do Partido na zona, contra qualquer tentativa de minar a unidade do Partido;
- 3) — o CZ concita a todo o Partido na zona a cerrar fileiras cada vez com mais firmeza e confiança em torno do C.C. do P.C.B., que tem à frente o camarada Prestes.

## Comitê de Zona Madureira (Rio)

O CZ de Madureira, reunido em pleno ampliado para discutir o informe de balanço das atividades do Partido na zona, e o informe do C. R. Rio sobre as próximas eleições na Capital da República, aprovou por unanimidade as seguintes resoluções:

- 1) — congratular-se com o secretário geral do Partido, camarada Prestes, pela entrevista concedida à «Imprensa Popular» do dia 21 de julho;
- 2) — dar todo o apoio aos heróicos metalúrgicos e sapateiros do D.F., que se declararam em greve geral por aumento de salários e melhores condições de vida.

## Comitê de Zona de Pelotas

(Rio Grande do Sul)

O CZ de Pelotas, após discutir os últimos documentos do C. R., tomou as seguintes resoluções:

- 1) — realizar amplo trabalho de massas contra a entrega de Fernando de Noronha, em defesa das liberdades democráticas, contra a carestia de vida e pela solução dos problemas que afligem a população do município;
- 2) — planificar e desenvolver amplo trabalho ideológico;
- 3) — no que concerne à unidade do Partido, manifestar integral apoio ao C.R., na certeza de que a direção do Partido na região saberá dirigir com acerto nosso Partido e não poupará esforços no sentido de melhorar nossos métodos de trabalho e de direção, sem permitir entretanto os desvios de ultrademocratismo e liberalismo, onde procuram sempre escudar-se os oportunistas de todos os matizes;
- 4) — repudiar todas as tentativas divisionistas e de revisionismo do grupo de desertores chefiados por Agildo Barata, que outra coisa não são do que agentes dos piores inimigos de nosso povo.

O revisionismo não é uma novidade no movimento operário. Ele é tão antigo quanto o próprio movimento operário. Embora o revisionismo não morra, ele nunca vive longamente no movimento operário revolucionário. É característico desse movimento alijar sempre todas as opiniões e teorias revisionistas. Por isso é que ele cresce e se desenvolve. O revisionismo em suas fileiras seria a sua morte, pois, que é o revisionismo?

No movimento operário internacional, a expressão «revisionismo» emprega-se em relação às opiniões errôneas sobre a realidade social. A análise marxista das formações sociais conduziu à descoberta das leis objetivas que regem o desenvolvimento social. Com tais leis objetivas se relacionam, em particular, a existência das classes e a luta de classes na sociedade, ou a necessidade de planificação da economia socialista. O partido da classe operária, armado com a teoria marxista do desenvolvimento social, extrai desta teoria, destas leis do desenvolvimento social, sua linha política.

No decurso do trabalho de análise teórica dos processos de desenvolvimento social, nos partidos operários surgiram pessoas que puseram em dúvida alguns princípios fundamentais da teoria marxista. Começaram a afirmar, por exemplo que se pode construir o socialismo sem a luta de classes. Esta tese é falsa, como se pode verificar pela própria vida. São tais opiniões errôneas que se denominam revisionismo, no movimento operário. O revisionismo consiste na negação das leis do desenvolvimento social, descobertas pelos clássicos do marxismo.

Os revisionistas utilizam principalmente o argumento de que se o marxismo é uma

doutrina, então ele, como toda doutrina, deve submeter-se a uma revisão sistemática. A ciência é infinita e há de viver tanto tempo quanto viver a própria humanidade. Tal afirmação corresponde à verdade. O marxismo, como qualquer doutrina, está sujeito a reexame, porque se desenvolve juntamente com a vida. Lenin reexaminou, isto é desenvolveu o marxismo, no entanto ninguém chama Lenin de revisionista. Reexaminamos alguns princípios do marxismo-leninismo no XX Congresso do PCUS, que apresenta a possibilidade — e apenas a possibilidade, isto é não prevê ainda uma lei duradoura — da conquista do poder pela classe operária sem derramamento de sangue (por exemplo, pelo caminho parlamentar) e que também levanta a possibilidade, somente a possibilidade, de ser evitada a guerra. No entanto, ninguém diz que o XX Congresso manifestou tendências revisionistas, porque não constitui revisionismo a introdução na doutrina do marxismo de complementos que reflitam a realidade da vida ou a modificação da vida. Revisionismo é a introdução de novos princípios teóricos na doutrina do marxismo, não correspondem à possibilidade de transformação da vida de acordo com as previsões neles contidas, isto é, se eles não correspondem às leis que regem o desenvolvimento social. No movimento operário e em sua teoria a palavra «revisionismo» sempre teve uma significação. O revisionismo é a deformação do marxismo

mediante a introdução, em sua doutrina, de teses errôneas e falsas, que não apresentam um reflexo correto da realidade social.

Da doutrina do marxismo-leninismo e da experiência secular da luta da classe operária pelo socialismo decorre a ideologia marxista, decorrem determinados princípios determinados leis, que é necessário aplicar a fim de transformar as relações sociais. Os revisionistas desfecham golpes precisamente contra estas princípios. Eles não reconhecem o papel dirigente do Partido, não reconhecem o centralismo democrático, discutem a essência da luta de classes, etc. Não é verdade que todos os princípios ideológicos atuais do marxismo-leninismo permanecerão imutáveis em cada etapa do desenvolvimento histórico da humanidade. Quando as forças da classe da burguesia já não estiverem em condições de pôr em perigo o regime socialista, é possível figurar-se perfeitamente, por exemplo, a liberdade de todas as orientações políticas no partido e na sociedade. Estas orientações políticas não poderão dirigir-se então contra o socialismo, porque não terão na sociedade as condições de classe correspondentes capazes de alimentá-las.

A realidade atual não é esta. Tanto em nosso país como em todo o mundo ainda há luta de classes. Para vencer nesta luta, a classe operária deve estar bem armada do ponto de vista ideológico. E a ideologia do revisionismo é a ideologia da fuga à luta que se está travando, é a ideologia da capitulação ante as dificuldades na construção do socialismo, a ideologia da capitulação ante o inimigo de classe. O revisionismo é a orientação capituladora, conhecida sob diferentes formas na história do movimento operário, que prega a revisão do marxismo-leninismo contrariamente às exigências da vida e da luta.

Conseqüente, o revisionismo é o conjunto de opiniões errôneas e falsas, que em sua essência se reduzem à negação das leis objetivas do desenvolvimento social comprovadas pela vida, à negação ou ao menosprezo da experiência fundamental do movimento operário revolucionário, experiência que possui aplicação geral em determinada etapa do desenvolvimento histórico.

(Trecho do informe ao IX Plenum do Comitê Central do Partido Operário Polonês Unificado. Traduzido da revista «Kumunist», órgão do Comitê Central do PCUS, n.º 7, maio de 1957, pág. 73-74).

dicatos e das organizações populares, levar as massas à rua sob a bandeira das reivindicações patrióticas, como a anulação do acordo sobre Fernando de Noronha, a defesa da Petrobrás, a demissão dos agentes entreguistas dos postos que ocupam no governo etc.

Em sua última entrevista, Prestes resume numa curta frase o que significa concentrar o fogo no inimigo principal: «No momento, o essencial é que nos unamos contra o inimigo comum — o imperialismo norte-americano e seus agentes brasileiros».

## Perguntas e RESPOSTAS

..Pergunta-nos o leitor A. S. Nunes, do Rio Grande do Sul, por que se deve concentrar o fogo contra o imperialismo norte-americano e seus agentes internos, e como se deve fazê-lo na prática.

A resolução de abril do Comitê Central do PCB afirma que: «Para desenvolver e ampliar a ação unitária patriótica e democrática e utilizar com acerto as possibilidades existentes, é imprescindível concentrar o fogo de nossa luta nos imperialistas lanques e em seus agentes internos». Ao dirigirmos seus golpes principalmente contra os imperialistas americanos e os elementos a eles ligados, os comunistas têm em vista, portanto, em primeiro lugar, ampliar e fortalecer a frente única de todos os patriotas e democratas para a luta em defesa da independência nacional.

Os fatos evidenciam a cada momento que a maior ameaça à independência do Brasil e à liberdade de seu povo provém agora da ação do imperialismo lanque e dos seus agentes. São os imperialistas dos Estados Unidos, com o apoio dos entreguistas colocados em altos postos do governo brasileiro, que começam a ocupar o Brasil com bases de teleguiados, maquinam contra a Petrobrás, planejam novos golpes contra as liberdades democráticas. A contradição que se acentua em nosso país é a que existe entre os imperialistas lanques e seus agentes internos; de um lado, e a maioria da nação, de outro lado. O imperialismo norte-americano e seus prepostos no Brasil constituem, assim, o inimigo principal na atual conjuntura política, o inimigo comum contra o qual se devem congrega todas as forças patrióticas e populares.

Se as diferentes camadas do povo brasileiro que desejam defender a independência de nossa pátria e a liberdade da espoliação pelos trustes não se unirem solidamente para esta luta, é claro que as forças a serviço do imperialismo americano, detentoras dos postos decisivos no aparelho do Estado, poderão impor sua política anti-nacional. Por isso, o movimento nacionalista inclui amplos setores da população, desde operários, camponeses e intelectuais até industriais, comerciantes e fazendeiros. O fator capaz de unir elemen-

tos de interesses de classe tão diferentes é precisamente a luta contra um inimigo comum — os monopolistas estrangeiros que tentam escravizar nosso país e impedir seu desenvolvimento independente. A tese da concentração de fogo contra o inimigo comum é, portanto, um elemento importante da tática de frente única que aplicam atualmente os comunistas brasileiros.

Concentra o fogo contra o inimigo comum não significa, porém, apagar as contradições que existem dentro da própria frente única, desco-

nhecer os interesses de classes diferentes, e mesmo opostos, das diversas forças patrióticas. Não existam trióticas. Não se podem nem se devem ocultar, por exemplo, as divergências existentes entre a burguesia e o proletariado. No movimento nacionalista, operários e patrões unem-se na luta contra o opressor norte-americano e seus agentes brasileiros, mas é evidente que lutam por interesses de classe que não são os mesmos e com objetivos que não podem deixar de ser diferentes. Concentrar o fogo contra o imperialismo americano e seus agentes não significa, por exemplo, que os operários só devem lutar contra os imperialistas americanos e seus agentes e nada mais. A classe operária, ao mesmo tempo que concentra seu ataque contra o inimigo imperialista, prossegue na luta contra os patrões, em defesa de suas reivindicações imediatas, e pugna por um novo regime efetivamente democrático, capaz de garantir a independência do Brasil e o bem-estar do povo.

Concretamente, que significa na prática concentrar o fogo no imperialismo norte-americano e seus agentes? Desenvolver, ampliar e fortalecer por todos os meios o amplo movimento nacionalista, ganhar para as organizações nacionalistas o apoio de amplas massas, dos sin-

LEIA E DÊ UM EXEMPLAR, DE PRESENTE A SEU AMIGO

Traduzido da edição em inglês publicada na China

JIN-MIN-JI-PAO  
(Diário do Povo, de Pequim)



AINDA SOBRE  
A EXPERIÊNCIA  
HISTÓRICA  
DA DITADURA  
DO PROLETARIADO

Gr\$ 20,00  
M. VITÓRIA  
Rua Juan Pablo Duarte N.º 50, sob.  
Rio de Janeiro

# Em Greve os Moageiros Cariocas

Declararam-se em greve, na madrugada do dia 14 de corrente, os moageiros cariocas. Após muitos meses de espera de uma solução favorável às suas justas pretensões de aumento de 60% em seus salários, os trabalhadores dos moinhos da capital da República não viram outra maneira de conquistar aumento, senão a lançar mão de sua arma já provada — a greve.

Inúmeras tentativas realizaram os moageiros para um acordo pacífico com os patrões, mas estes se mantiveram intransigentes.

Pleiteiam os operários 60% sobre os salários resultantes do último acordo, com um mínimo fixo de Cr\$ 2.000,00; vigência máxima de um ano, e vigorar a partir de 1º de julho do corrente ano. No entanto, os donos dos moinhos apresentaram, no dissídio, uma contraproposta que pro-

**Diante da Intransigência patronal, paralisam totalmente o trabalho cerca de 5.000 trabalhadores — Exigem os moageiros 60% de aumento, com um mínimo de Cr\$ 2.000,00**

vocou protestos gerais, apenas 20% de aumento, sem limite de tempo e com o máximo de Cr\$ 2.000,00.

São cerca de cinco mil trabalhadores, dos quatro moinhos existentes na capital da República — da Luz, Fluminense, Inglês e Guanabaa — que paralisam suas atividades.

Numa assembléia movimentada, da qual participou a totalidade dos empregados, foi decidido parar totalmente a indústria do trigo, massas alimentícias, biscoitos e derivados. Dirige a greve o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Trigo e de Massas Alimentícias do Distrito Federal, entidade que conta

com o apoio da grande massa de moageiros cariocas e que já tem liderado com êxito lutas passadas.

A greve dos trabalhadores em moinhos, pouco depois da vitória dos metalúrgicos e sapateiros, infunde confiança na justiça de sua causa e nas grandes possibilidades de vitória. O próprio Ministério do Trabalho, diante da atitude assumida pelos moageiros, entrou em rápidos entendimentos com os patrões, para que dentro do prazo de 3 ou 4 dias, decidam a questão do aumento reivindicado. Também agora, como ocorreu durante a greve daqueles 90 mil operários, o governo e a polícia foram obrigados a reconhecer a legalidade da greve, como direito legítimo dos trabalhadores, depois de esgotados todos os demais recursos.

Urge assegurar aos moageiros cariocas a solidariedade das demais categorias profissionais, através de contribuições para o fundo de greve, de manifestações e moções de apoio, em assembléias sindicais e comissões de solidariedade.



Aspectos de uma das últimas assembléias dos trabalhadores em Moinhos, no Distrito Federal

## INTENSIFICAM OS BANCÁRIOS A LUTA POR AUMENTO

Prosseguem os bancários em sua campanha pela conquista dos 45% de aumento apesar da persistente intransigência dos patrões. Realizam-se nos Estados assembléias sindicais, com a presença de milhares de trabalhadores. Em São Paulo, intensos preparativos desenvolveu o Sindicato, na mobilização de milhares de bancários paulistas para a grande assembléia que se realizou no dia 13 do corrente. A essa reunião compareceu uma numerosa delegação de bancários cariocas, que ali foi incentivar seus companheiros e reafirmar o seu apoio. Também em Minas, teve lugar concorrida assembléia na capital do Estado e nela foram entusiasticamente ratificadas as decisões da reunião nacional realizada recentemente no Rio.

Bastante significativa foi a decisão tomada pelos empregados do Banco do Brasil, que em reunião no sindicato carioca decidiram enviar um memorial ao presidente desse Banco, pedindo-lhe que interira junto aos banqueiros, a fim de convencê-los a concordar com a mesa-redonda nacional. Foi essa uma demonstração da solidariedade e uma comprovação da justiça da campanha em que se empenham os bancários.

Ao mesmo tempo, as diretorias sindicais intensificam a divulgação de dados e cifras que revelam os lucros elevadíssimos alcançados pelos donos dos bancos, verdadeiros acinte aos salários miseráveis percebidos pela imensa maioria de trabalhadores. Novos e novos setores

das massas trabalhadoras e da população, manifestam seu apoio à luta dos bancários e os estimulam a prosseguir até a conquista do que pleiteiam.

## Empossada a Comissão Paulista PARA O IV CONGRESSO SINDICAL MUNDIAL

Em solenidade que contou com a presença de dezenas de dirigentes sindicais de São Paulo e do governador do Estado, general Porfírio da Paz, foi empossada a Comissão Organizadora da delegação paulista ao IV Congresso Sindical Mundial, a reunir-se em Leipzig em outubro próximo.

Intensa propaganda realiza-se através dos sindicatos paulistas e nas empresas, dessa importante reunião internacional, que deverá reunir representantes de todos os países, a fim de debater os problemas que mais de perto interessam aos trabalhadores.

A comissão paulista, constituída após a realização de uma série de reuniões preparatórias, de maneira ampla e democrática, foi prestigiada, na sessão solene de posse, com a presença de representantes do vice-presidente da República, do presidente da Câmara municipal de São Paulo, e da Assembléia Legislativa, do prefeito da cidade de São João da Boa Vista, bem como de inúmeras personalidades da capital e do interior do Estado. Na pre-

sidência de honra da comissão está o próprio governador em exercício, general Porfírio da Paz.

Preparam-se agora os trabalhadores paulistas para elaborar as teses e propostas que deverão enviar ao IV Congresso Sindical Mundial, através de seus delegados. A Leipzig comparecerão com suas experiências de luta, de unidade e organização e ali debaterão com seus irmãos dos demais países, a melhor maneira de conquistar novas vitórias.

## IMPORTANTES REUNIÕES DA CNTI:

# Unificação das Lutas Operárias de Todo o Brasil

**APRESENTA O CONSELHO CONSULTIVO DA CNTI TRÊS ITENS QUE RESUMEM AS REIVINDICAÇÕES COMUNS A TODOS OS TRABALHADORES BRASILEIROS — SERÁ APRESENTADO AO PRES. DA REPÚBLICA UM MEMORIAL, PROPONDO CONGELAMENTO DOS PREÇOS NOS NÍVEIS DE JANEIRO DE 1957, REVISÃO DO SALÁRIO-MÍNIMO E AUMENTO GERAL DE SALÁRIOS**

Importantes reuniões vem realizando o Conselho Consultivo Regional da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria. Já por várias vezes debateu a CNTI a melhor maneira de unificar a luta geral dos trabalhadores por melhores salários e condições de vida.

Após intensos debates, concluiu a CNTI que três reivindicações mais urgentes são capazes hoje de mobilizar as grandes massas trabalhadoras e suas entidades sindicais:

- 1) — medidas efetivas do governo, a fim de conter o custo de vida e baixar os preços dos gêneros e utilidades essenciais, aos níveis de janeiro de 1957;
- 2) — revisão do salário mínimo e paralela elevação geral dos salários;

3) — revogação do decreto antigreve 9070;

Essas três questões servirão de programa a uma ampla campanha nacional, a ser compreendida pelos trabalhadores de todo o país, dentro em pouco. Lançada essa campanha será divulgado um documento dirigido à direção da CNTI, onde serão apontados os problemas que a classe operária enfrenta atualmente e a necessidade de uma ação comum de todos os trabalhadores juntos ao governo do Sr. Kubitschek, a fim de obrigá-lo a tomar medidas concretas e rápidas contra a elevação incessante do custo de vida e capazes de assegurar justa remuneração aos trabalhadores.

Cogita-se também de realizar uma conferência nacional de representantes das

Confederações, Federações e Sindicatos, na qual serão debatidos os três itens indicados acima e quando será aprovada um plano para a campanha nacional de luta por sua execução.

### MEMORIAL AO PRESIDENTE

Em reunião posterior, discutiu o mesmo Conselho um memorial a ser enviado ao presidente da República. Nesse documento, sugere a CNTI, com apoio dos sindicatos cariocas, que o governo decreta o congelamento dos preços de todas as utilidades, nos níveis de janeiro do corrente ano. Essa é uma medida indispensável para estabilizar o custo de vida e conter a especulação desenfreada. Além disso, será proposta a elevação dos salários em vigor e a majoração do atual salário mínimo, nas mesmas bases do aumento verificado no custo de vida, desde agosto do ano passado. Ora, tomando por base os estudos estatísticos, realizados pelos departamentos econômicos dos grandes sindicatos empenhados em luta por aumento de salários neste momento — como o dos bancários — houve uma elevação de 40 a 45% no custo de vida no decorrer do último ano, apesar das afirmações contrárias do SEPT, que apresenta o índice reduzido de 26%. Isso significa que os aumentos que vêm sendo conquistados, através de duras lutas pelas várias categorias profissionais, não podem ser inferiores a essa percentagem.

As reuniões da CNTI revestem-se de particular significação, pois seu objetivo é unificar a luta comum de todos os trabalhadores brasileiros por melhores salários e condições de vida e de trabalho. Constituem uma etapa já mais avançada do esforço que se vem realizando para forjar a unidade de ação dos trabalhadores, acima de quaisquer divergências ou visões. Por essa razão, cabe aos trabalhadores prestigiar os estudos e as iniciativas que vem sendo tomadas pelo Conselho Consultivo da CNTI, divulgando-as amplamente e adotando as medidas capazes de levar à execução as propostas indicadas.

## Exploração Desumana dos Operários da Labor

**Entram em greve os tecelões da Labor, na capital paulista, contra a ameaça de maior exploração**

Recorreram à greve os operários da tecelagem paulista LABOR, pela segunda vez em menos de dois meses, em protesto contra a desumana exploração de que são vítimas.

Em meados de julho, diante dos constantes atrasos no pagamento de seus salários, os trabalhadores não tiveram outro recurso senão a greve. Agora, paralizaram sua atividade diante da pretensão dos patrões de que cada tecelão tocasse quatro teares, em vez de dois.

Há mais de um mês vêm os proprietários da LABOR tentando aumentar dessa forma a exploração de seus operários. Mas as tecelãs recusavam-se a cumprir a ordem patronal. Isso porque as máquinas em que trabalhavam são muito velhas, algumas com mais de 40 anos. Além disso, grande número de tecelãs tem mais de 50 e até mais de 60 anos de idade e já deveriam estar aposentadas. No entanto, os

patrões as obrigam a trabalhar uma semana de dia e outra de noite, a seu critério e agora, exigem que trabalhem não mais com duas máquinas, mas com quatro.

Essa exigência, além de desumana, é arbitrária, pois não é permitida pelo contrato de trabalho firmado entre operários e patrões.

Depois de levarem a denúncia de todos esses fatos a seu Sindicato e de solicitarem

por intermédio deste, ao DRT, que fosse realizada uma mesa-redonda com os proprietários da LABOR, os operários aguardaram qualquer atitude de transigência por parte dos patrões. Mas o que aconteceu, foi que, as operárias que se recusaram a trabalhar com quatro teares, foram sumariamente suspensas. Diante disso, só a greve poderia resolver a situação dos trabalhadores.

Dois dias depois de deflagrado o movimento, que contou com a solidariedade dos demais trabalhadores, os patrões apressaram-se a buscar participar de mesa-redonda no DRT. E os grevistas, visando reforçar seu movimento, dirigiram-se à Assembléia Legislativa e ao Palácio do governo a fim de pedir apoio para a sua causa.

Os trabalhadores da capital paulista apoiam a justa luta dos tecelões da LABOR e dispõem-se a ajudá-los para a conquista da vitória.



## Péssimas as Condições de Trabalho Nos Depósitos de Minérios do Pôrto

Trabalhadores portuários vêm reclamando contra a falta de segurança existente para os que trabalham nos depósitos de minérios do Pôrto do Rio de Janeiro. Acrescentam aqueles trabalhadores que o trabalho durante a noite se torna muito difícil, em virtude da inexistência de luz. Além disso, a poeira é tanta que, quando se abrem os vagões, esta envolve tudo, tornando cada vez mais difícil o trabalho.

Constantemente os portuários têm reclamado o fato de não se ter um refeitório nem vestiário. Até mesmo a água para o banho no término do serviço é difícil, pois raramente corre água nas bicas, depois das 22 horas.

Como vemos, são casos aparentemente sem grande importância mas que podem ter graves conseqüências na vida dos trabalhadores. Por isso mesmo precisam ser solucionados. O primeiro passo para isso deve ser dado pelos próprios prejudicados, junto ao sindicato ou ao delegado sindical daquele setor portuário.



## COLONOS E ASSALARIADOS AGRÍCOLAS NA LUTA PELO SALÁRIO-MÍNIMO

Os COLONOS e assalariados agrícolas têm sustentado uma séria luta pelo recebimento do salário-mínimo, sem que até hoje tenham aqueles trabalhadores conseguido vencer a tenaz resistência dos fazendeiros. Nas fazendas cafezeiras de São Paulo e do Paraná onde a luta foi melhor organizada, conseguiram receber o salário mínimo decretado em 1954, já agora, depois de decretado o atual salário-mínimo. Mesmo assim, não faltaram aí as manobras dos fazendeiros, que tudo fazem para tirar do trabalhador do campo o máximo que podem. Aquelas fazendeiros que foram forçados a pagar o salário mínimo incluíram no mesmo o aluguel de casa e toda uma série de descontos ilegais.

Os trabalhadores agrícolas nunca aceitaram esta manobra dos fazendeiros. Muitas vezes tiveram de se curvar a isso devido à sua pouca organização. Houve setores onde os colonos do café conseguiram vencer os patrões, não aceitando o desconto ilegal.

Neste momento, entra em vigor em uma nova fase a luta dos assalariados e colonos pelo recebimento do salário-mínimo. Agora porém trata-se de receber o salário-mínimo decretado o ano passado, quer dizer, o atual salário-mínimo, e sem nenhum desconto imposto pelos fazendeiros. Esta luta, mais do que nunca, tem possibilidade de ser vitoriosa. De um lado, porque os trabalhadores agrícolas, particularmente em São Paulo e Norte do Paraná, estão mais experientes, e algumas de suas organizações mais fortalecidas, como é o caso dos sindicatos rurais do Paraná. Os trabalhadores do campo contam ainda a seu favor, com a ajuda fraternal e ativa da classe operária, cujo exemplo é dado pelo Pacto de Unidade Intersindical de São Paulo. Por outro lado, contam os trabalhadores com o democrático pronunciamento do Tribunal Regional do Trabalho, da 2ª Região, de São Paulo, cujo texto damos em outro local desta página.

Se bem que o pronunciamento do TRT de São Paulo se relacione com os colonos e assalariados daquele Estado, ele pode e deve servir de base aos assalariados agrícolas de todo o Brasil, na sua luta pelo recebimento do salário-mínimo.

# Assassinato de Posseiros No Oeste do Paraná

## OS GRILEIROS DA CIA. COMERCIAL E AGRÍCOLA DO PARANÁ COMANDAM OS CRIMES — ASSALTADO O FORUM DE CLEVELANDIA PARA QUE DESAPAREÇAM DOCUMENTOS — OS AMERICANOS DO PONTO IV LIGADOS AO «GRILLO» — RESISTEM OS POSSEIROS A BALA

A população paranaense vem assistindo revoltada uma série de assassinatos de camponeses em diversas zonas do Oeste. Na última semana a Assembléia Legislativa Estadual foi despertada pelas gravíssimas denúncias formuladas em discursos, insistentes e sucessivos, pelo deputado Antônio Anibelli.

Os acontecimentos denunciados da tribuna da Assembléia referem-se aos assassinatos em massa praticados por jagunços a soldo da Companhia Comercial e Agrícola do Paraná S/A, sucessora da CITLA, que pretende se apossar das já tristemente célebres glebas Missões e Chopin. Assume maior seriedade o fato quando se sabe que essa Companhia é ligada ao Governador Lupion, como outras companhias, por exemplo, a "Cobrincó" e a "Sinop", igualmente responsáveis por violências em outras zonas do Oeste.

Sómente no correr dos debates da Assembléia foram citados conflitos e violências provocadas por jagunços de tais companhias em Monte Castelo, Paranavai, Cruzeiro d'Oeste, Cascavel, além dos fatos mais recentes em Pato Branco, Capanema, Francisco Beltrão e Clevelandia.

Como se vê, não é um fato isolado, meramente local. Trata-se, isso sim, de toda uma política de grilagens e de crimes contra os legítimos posseiros das terras em questão.

### Assassinatos de Camponeses

Além dos assassinatos ou tentativas contra vereadores (atentado contra Pedro Gonçalves de Oliveira, em Monte Castelo, denunciada em fins de junho pelo Dep. J. Silveira, assassinato de Pedro José da Silva, em Pato Branco), as companhias grileiras realizaram há poucos dias verdadeiro assassinato em massa de camponeses no Distrito de Vêre, obrigando os posseiros a enfrentar, armados de ve-

lhas espingardas de carregar pela boca, os jagunços armados de fuzis e metralhadoras. Deste desigual combate resultaram dezenas de mortos e feridos que ficaram sem assistência médica.

Além disso, segundo informam os jornais diários, o Fórum de Clevelandia foi assaltado, roubado e depredado, para que desaparecessem documentos comprovantes da ação criminosa da companhia. Conforme «Tribuna do Povo» já vinha denunciando, pre-

para-se também em Campo Mourão a expulsão violenta dos camponeses. Essa expulsão contraria as promessas recentemente feitas pelo Governador Lupion a uma comissão de posseiros que veio pedir-lhe garantia.

### Os Americanos do Ponto Quatro Ligados aos Acontecimentos

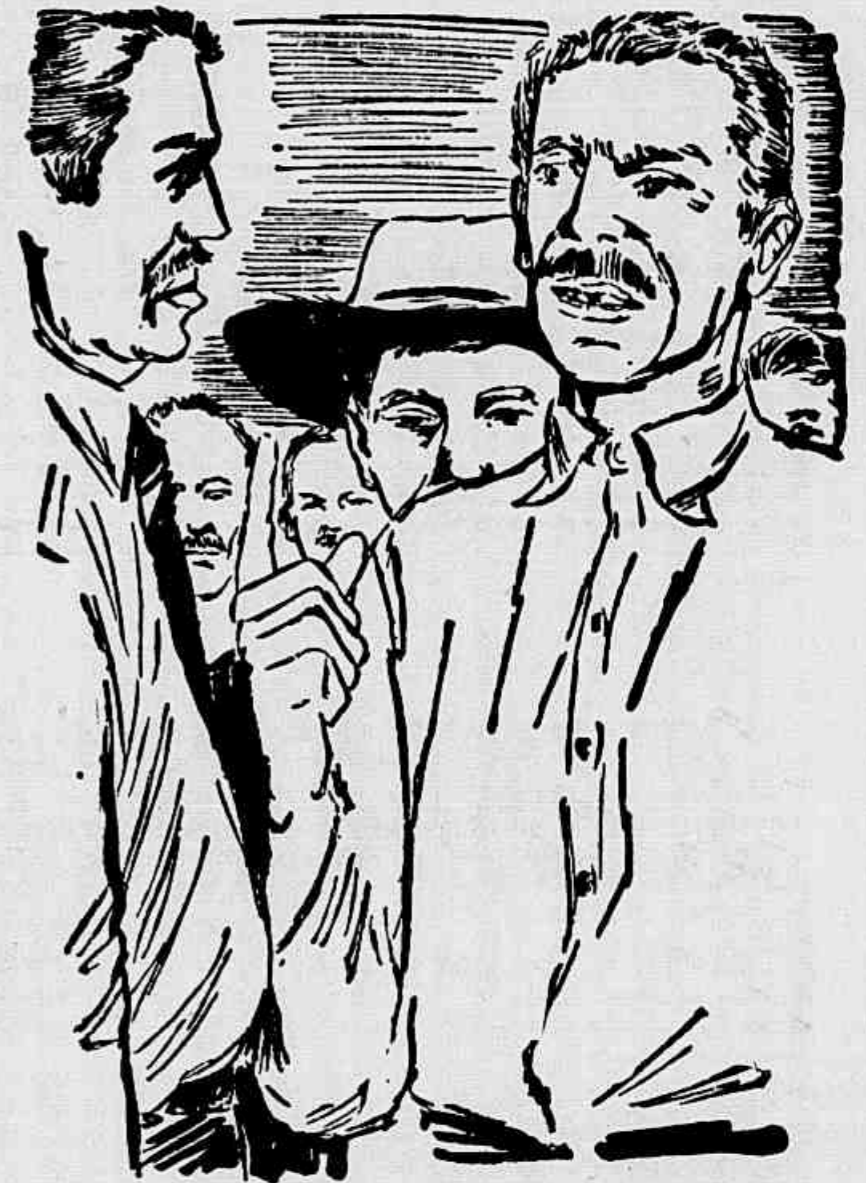
Ao mesmo tempo em que os crimes da Cia. Agrícola eram denunciados, apareceu nos diários de Curitiba uma nota aparentemente inocente, mas que encerra uma ameaça das mais graves: trata-se do fato de que a missão norte-

(diretor do Ponto IV). Nesta reunião foi firmado o protocolo de criação da Associação das Empresas Colonizadoras do Oeste do Paraná. Dizem mais as notícias que essa «Associação» surgiu dos estudos realizados pelo Departamento de Fronteiras e da Missão norte-americana.

Trata-se justamente de umificar a ação das companhias colonizadoras (já célebres grileiras) sob o comando dos norte-americanos, a fim de apoderar-se de terras de importância inestimável do ponto de vista agrícola e mineral, além de sua importância estratégica.

Por isso, compreende-se com facilidade o porquê do recrudescimento das violências contra os posseiros, legítimos donos de toda a linha fronteira.

Há pouco tempo, a Cia. Comercial e Agrícola do Paraná



-americana do Ponto IV achase intimamente ligada aos acontecimentos.

Noticiaram os jornais que o Sr. Sival Martins Araújo, titular do Departamento de Fronteiras realizou dia 6 do corrente uma reunião com os representantes das empresas colonizadoras do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, além de Robert Wisdom

distribuiu um boletim entre os posseiros das Glebas Missões e Chopin dizendo ser aquele o «último aviso pacífico que se faz». Passaram agora da palavra à ação. Mas os camponeses do Oeste do Paraná não de organizar-se para enfrentar a ameaça que pesa sobre as terras regadas com o suor e o sangue.

# Colonos e Assalariados Têm Direito ao Salário-Mínimo

Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, de São Paulo, julgando o litígio entre colonos e fazendeiros, onde estes últimos eram acusados de se negarem a pagar o salário-mínimo publicado e o seguinte Acórdão:

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região de São Paulo, reconhecendo aos colonos de café o direito do salário-mínimo, pelos acórdãos n.ºs. ... 542-57 e 543-57, de 26 de fevereiro de 1957. No acórdão número 542-57, diz o Tribunal: «A lei é expressa quando garante ao trabalhador rural o salário-mínimo. É evidente que o colono da fazenda de

## DECISÃO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO, DA SEGUNDA REGIÃO, DE SÃO PAULO

café é empregado. Sujeito a horário, a fiscalização, vivendo dos salários que percebe pelo seu serviço tem toda a característica de empregado. Assim, não há como se negar seu direito ao salário-mínimo. Entendo que deve ser considerado salário-mínimo o pagamento feito pelo fazendeiro empregador ao colono, a título de tratamento dos pés de café. Não é possível seja computada a habitação como salário. «É da essência da prestação do trabalho a habitação para o trabalhador, não podendo portanto ser considerado como salário: o contrário, seria admitir que o trabalhador pagasse pela água que bebesse ou pelo ar que respirasse: «Nestas condições, não se inclui no salário-mínimo para o trabalhador rural a habitação». (Acórdão número 248-57, de 26-2-57, do T.R.T. 2ª Região, no Processo ... 19-57).

No acórdão número 542-57 diz o Tribunal Regional do Trabalho: «Reconheço ao colono, como a todo o trabalhador rural ou não, o direito do salário-mínimo. O próprio con-

ceito do salário em exame está a demonstrar que não pode ele deixar de ser assegurado ao ser humano que vive de trabalho, em regime de subordinação. Qualquer paga inferior (quer dizer: menor que o salário-mínimo) estará ferindo de frente a dignidade da pessoa humana que precisa ser amparada contra tudo e todos». «A garantia da remuneração mínima é de ordem constitucional (artigo 157, número 1) no mesmo sentido disposto a CLT. (Consolidação das Leis do Trabalho) no artigo 76). Também não será possível se considerar como remuneração (quer dizer: pagamento) essa faculdade do colono de efetuar culturas próprias ainda que a terra seja do fazendeiro». Essa espécie de pagamento inexistente (não existe) entre nós. Ninguém paga salário com trabalho do próprio empregado. Não se pode pretender que a possibilidade de plantio, com o fornecimento de terras, seja o modo de pagamento, seja remuneração. Basta que se atente para a área (inoc-

to) que envolve essa atividade do empregado, o risco que ele corre para desde logo se afirmar a impossibilidade de considerar como remuneração a possibilidade de plantio por parte do colono. Termina o Tribunal mandando o fazendeiro pagar o salário-mínimo requerido pelos colonos na petição «sem considerar como remuneração a concessão de terras para plantio». (Acórdão número 542-57, de 26-2-57, do T.R.T. de São Paulo, no Processo TRT ... 1668-56).

### Na Usina Queimados:

## Os Trabalhadores Exigem o Recebimento Das Férias

Os proprietários da Usina Queimados, no município de Campos, Estado do Rio, mantêm 800 trabalhadores daquela usina sem receberem férias, há dois anos. Os assalariados reclamam insistentemente ao administrador, mas este manda que eles esperem mais um pouco.

Trata-se de uma evidente manobra dos usineiros. O que eles querem é, completados os dois anos sem que os assalariados recebam as férias, alegar que estes não têm mais direito aos dois períodos e sim a um, segundo a Legisla-

ção Trabalhista. Esta é a maneira que tornaria possível aos patrões arrancarem dois mil cruzeiros dos bolsos dos assalariados, o que significa tirar o pão da boca de suas famílias.

Os trabalhadores não estão satisfeitos com esta situação. Diariamente se dirigem para o escritório. Os trabalhadores devem insistir na sua exigência, pois é um absurdo que 800 famílias sejam privadas daquilo que ganharam com suor e sacrifício, para que seus patrões embolsem cerca de 1 milhão oitocentos mil

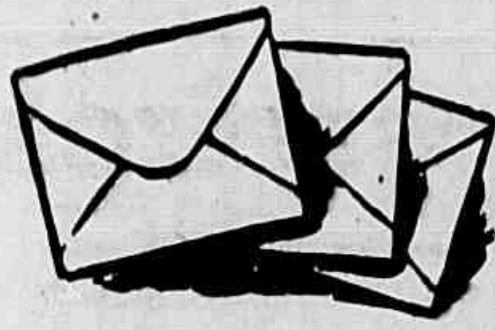
cruzeiros, que é o que corresponde às férias não pagas.

Os assalariados da usina Queimados percebem o contraste existente entre eles e seus patrões. Enquanto em suas casas falta, muitas vezes, o alimento necessário para si e seus filhos, os proprietários da usina Queimados gastam verdadeiras fortunas na construção de três novos edifícios.

A justa reivindicação dos assalariados, para ser vitoriosa, precisa ter um caráter organizado e unitário. Esta é a arma e a força diante da qual os patrões podem ceder.

## BANCÁRIOS DE JOAÇABA A FERRARI

Contando mais de 50 assinaturas, bancários de Joaçaba (Santa Catarina) enviaram um telegrama ao deputado Ferrari, agradecendo a parlamentar na Câmara Federal, em defesa das suas reivindicações. No mesmo telegrama os bancários catarinenses ressaltam a ativa participação de líder petebista no movimento nacionalista.



# Correspondência

## MINAS GERAIS

### Setores Profissionais em Luta Por Aumento de Salários

**BELO HORIZONTE, (Do Correspondente)** — Cresce em todo o Estado o movimento reivindicatório da classe operária. Importantes setores profissionais já elaboraram seus programas de luta por aumento de salário e outros estão na fase de realização de amplas assembleias sindicais para a sua elaboração. Por exemplo, os têxteis de Marzagans e Caetanópolis já decidiram lutar por 50 por cento de aumento. Os bancários, a exemplo dos seus colegas de todo país, prepararam-se para a greve pelos 45 por cento de aumento nos salários. Os professores secundários dos colégios oficiais pleiteiam uma revisão do quadro de classificação de seus vencimentos.

Enquanto isso, os sindicatos dos trabalhadores em carnis urbanos, e metalúrgicos já estão com assembleias marcadas para discutir as suas reivindicações. Os trabalhadores em minas também já começam a se movimentar. Através dos seus órgãos de classes, dão os primeiros passos para a elaboração da sua tabela reivindicatória.

sa da nossa indústria, do nosso comércio e da população em geral.

### Campanha popular contra a Companhia Fôrça e Luz

**CURITIBA (Do Correspondente)** — A população desta capital acaba de sofrer uma nova sangria em sua economia, com o arbitrário e injustificável aumento do preço da luz. Além de particulares, foram também prejudicados com o novo aumento a indústria e o comércio.

Toma corpo entre a população de Curitiba, a idéia de resistência aos constantes aumentos da empresa imperialista, bem como a necessidade da sua encampação pelo governo, como medida de defe-

A «Companhia Fôrça e Luz do Paraná» que é uma subsidiária do famoso Grupo Morgan, um dos maiores trustes americanos, obteve no ano passado um lucro fabuloso de

## Esp. SANTO

### Pela Encampação da Central Elétrica

Sob o patrocínio da Comissão Pró-Reivindicações do Bairro, realizou-se no dia 30 do mês passado grande ato público em Gurigica, pela encampação da Companhia Central Brasileira Fôrça Elétrica (este nome é camuflagem, trata-se de uma empresa americana).

O ato foi bastante concorrido e contou com o apoio de várias outras comissões pró reivindicações de bairros adjacentes, e da Comissão Central Pró Melhoramento dos bairros de Vitória. Inúmeros oradores se fizeram ouvir. Todos eles relacionavam a luta contra o truste da energia elétrica com a luta de nosso povo pela sua emancipação econômica, política e social.

11.900.000 dólares. O deputado Waldemar Dares requereu na Assembléia Legislativa Estadual a constituição de uma Comissão parlamentar de inquérito para apurar as irregularidades existentes na Cia. Fôrça e Luz. Os resultados dessa investigação deverão servir de base para um processo criminal contra a mesma.

Uma ampla comissão popular já foi organizada para, à base de um programa, iniciar nesta capital uma campanha de esclarecimento, através de comícios, mesas-redondas, palestras, conferências, contra o truste da fôrça e luz desta capital.

## RIO GRANDE DO SUL

### Churrasco pró-imprensa popular

**SANTIAGO (Do Correspondente)** — Num ambiente de entusiasmo e alegria, realizou-se nas proximidades desta cidade, na zona do «Batalhão Velho», um animado

churrasco em benefício da imprensa popular. Foi uma festa entre camponeses, cuja preparação contou com a sua ativa participação.

Da programação das festividades constou um debate sobre problemas políticos em foco e sobre as reivindicações dos camponeses. Desta forma, ao lado do debate sobre a carestia de vida, extensão da legislação trabalhista ao campo, etc., tratou-se também de problemas nacionais como a defesa da Petrobrás, dos nossos minérios e da soberania nacional. A ocupação de Fernando de Noronha foi unanimemente condenada, por ferir a nossa soberania.

No debate foi destacada também a importância da imprensa popular nas lutas do nosso povo pela paz, pelo progresso e por uma vida melhor. Nesta ocasião foram vendidos exemplares de VOZ OPERÁRIA e de «Tribuna Gaúcha».



## Conquistaram 60% de Aumento de Salário Os Ferroviários de Mossoró - Pôrto Franco

Os operários da Estrada de Ferro Mossoró-Pôrto Franco há tempos vinham reivindicando de seus patrões um aumento de 100% em seus vencimentos, isto é, equiparação aos seus colegas da Estrada de Ferro Mossoró-Souza, pertencente à União. O diretor da ferrovia manteve sempre uma atitude de intransigência em face da justa reivindicação dos trabalhadores, alegando a situação

Finalmente, depois de dois dias de reuniões entre operários, patrões e dirigentes do comércio local, foi firmado um acordo a expirar a 31 de dezembro deste ano de 60% de aumento de salário, com a promessa de até lá se efetuar a encampação da empresa.

### Preparação da Greve

Há mais de um ano que os ferroviários esperam pelo cumprimento da promessa de encampação daquele trecho ferroviário, na esperança de serem equiparados ao pessoal da União. A classe operária, porém, nunca pode ficar esperando medidas pro-telatórias dos governos, enquanto vê a miséria rondar os seus lares.

Cansados de esperar, os operários concluíram que a encampação não vinha pelo menos de imediato. Passaram a discutir entre si o que fazer para obter uma melhoria nas suas condições de vida. Nesta discussão chegaram à conclusão de que somente indo à greve poderiam conquistar aquilo que reivindicavam.

Elegeram um Comitê de Greve, composto com os melhores, os mais combativos e mais antigos ferroviários daquela empresa. Da totalidade dos operários, somente uma meia dúzia se manteve neutra. Assim, o movimento desde o seu início demonstrou uma perfeita unidade.

Com antecedência, os operários enviaram um telegrama ao sr. Vicente Saboia Filho, um dos diretores da empresa, então na capital da República, identificando-lhe as suas reivindicações e determinando o dia que entrariam em greve, caso elas não fossem atendidas. Ciente de tudo, o sr. Vicente Saboia, procurando protelar e enganar os trabalhadores, enviou a Mossoró um emissário do Ministério do Trabalho, sr. Cícero Mendonça, autorizado pelo sr. Parsifal Barroso, ministro do Trabalho, para conseguir o adiamento da greve.

### Os Operários Cumprem Sua Decisão

Em sucessivas reuniões realizadas nos pontos de traba-

lho, os operários haviam decidido que no dia 1 de julho parariam os trabalhos, caso não fossem atendidos. Esta decisão foi cumprida. A zero hora daquele dia, os ferroviários cruzaram os braços paralisaram o tráfego ferroviário entre Mossoró e Pôrto Franco.

Ao paralisarem os trabalhos, os ferroviários tomaram todas as medidas para garantir o patrimônio da empresa. No Galpão, estações e escritório, foi proibida a entrada de pessoas estranhas, inclusive o próprio pessoal do escritório. Os portões só eram abertos pelos piquetes de greve, para a entrada ou saída dos trens que demandavam para o Souza.

Dois dias após o eclosão da greve, chega em Mossoró o sr. Vicente Saboia a fim de encontrar uma solução para o fim da greve.

Logo nos primeiros encontros mantidos com os operários, o sr. Vicente Saboia fez sentir que a empresa não podia atender o aumento pleiteado, embora reconhecesse que os trabalhadores percebiam salários de fome.

Com estas palavras, tentava o sr. Saboia, convencer os trabalhadores de que era impossível dar-lhes o aumento. Seus argumentos, entretanto, não tiveram ressonância entre os ferroviários, porque muito mais difícil era a situação dos seus lares.

### Conquistaram 60% de Aumento

Vendo que os seus argumentos não convenciam a ninguém, o sr. Saboia propôs o ridículo aumento de 30%, que foi unanimemente rejeitado pelos trabalhadores.

Desejosos de encontrar uma solução para a greve, os trabalhadores se propuseram a reduzir de 100 para 80% a porcentagem de au-

O Sindicato dos Ferroviários durante os 12 dias de greve, manteve sempre unidos os trabalhadores. O Comitê de greve manteve informados todos os grevistas de que se passava nas reuniões com os patrões.

Os grevistas contaram, desde o início da greve, com o apoio de todos os trabalhadores e do povo de Mossoró. Inúmeros sindicatos prestaram sua solidariedade aos ferroviários. Nesta solidariedade destacou-se o Sindicato dos Trabalhadores em Gêneros de Pôrto Franco, que impediu o embarque do gesso que se encontrava no pórto.

A unidade dos trabalhadores em greve e a solidariedade por eles recebida foram fatores importantes para a vitória alcançada.

## A BATALHA da DIFUSÃO

DEVEMOS uma explicação aos nossos leitores, aos nossos agentes e às nossas sucursais, pela razão de não termos mantido o nível da seção, suprimindo-a na prática em duas edições consecutivas. Foram, é verdade, dificuldades técnicas que nos levaram à ausência desta seção.

Retornamos assim ao assunto que tratávamos na edição 425: a difusão ligada às matérias publicadas. É certo que o leitor só lê jornais que publicam matérias de seu interesse. É difícil, senão impossível, impor ao leitor, jornal que ele não conhece. Assim, o agente da VOZ para vender o nosso jornal tem de torná-lo conhecido. Para isso deve contar com o jornal em dias certos, para a distribuição entre a massa. O agente deve conhecer o que oferece. É de seu dever ler a VOZ, inteirar-se das matérias que traz, saber se entre elas há alguma que possa interessar ao leitor do seu bairro ou de sua empresa, alguma reportagem ou denúncia de interesse da massa de leitores e torná-los conhecidos. O bom agente vai ao ponto de reunir em torno de si, sempre que possível, grupos de amigos e ler para os seus companheiros a edição que tem em mãos, ajudando-os a compreender as matérias de orientação do jornal.

### PAGAMENTOS

De 24 de julho a 13 de agosto, efetuaram pagamento à nossa matriz as seguintes agências: SAO PAULO: Sucursal de São Paulo, São José Campos, Baurú, Paraguassú Paulista, Salto, Limeira, Franca, Rio Claro, Araçatuba, Araçuaia, Lins, São José do Rio Preto, Duartina, Campinas, Jundiaí, Assis Cândido Mota e Taciba. MINAS GERAIS: Poços de Caldas, Laginha, Gallóia, Sucursal de Belo Horizonte, Araçuaia e Juiz de Fôrça. ESTADO DO RIO: Barra do Piraí, Campos, Barra

Mansa. MATO GROSSO Campo Grande, Cuiabá. PARANÁ: Ponta Grossa, Londrina e Maringá. BAHIA: Ilhéus e Salvador. OTRAS: Vitória, São Luiz, Recife, Mossoró, Manaus, João Pessoa, Fortaleza, Goiás.

Aproveitamos a oportunidade para enviar nossos agradecimentos a todos os nossos correspondentes, pela presteza com que vêm enviando mais correspondências, atendendo ao nosso apelo e cias. Esses esforços dos nossos correspondentes, constituem um estímulo ao nosso

trabalho redacional e contribuem grandemente para a melhoria do conteúdo do nosso jornal e para o crescimento da sua difusão entre os trabalhadores. Agradecemos particularmente aos nossos correspondentes de Campina Grande, João Pessoa, Recife, Santa Catarina, Curitiba, Norte do Paraná e Belém, cujos trabalhos servem de exemplo para todos os correspondentes. A todos pedimos que continuem enviando correspondências.

## POSTA RESTANTE

- De Hélio M. Chaves (São Gonçalo). Recebemos com atraso para publicar. Envie-nos outras notícias.
- De Manoel Tenório o artigo sob título "O Ex". Deixamos de publicar por fugir ao espírito dessa seção, reservada para as denúncias e fatos ligados aos movimentos operário e camponês, pequenas notícias de movimentos populares reivindicatórios e nacionalistas. Volte a escrever sobre estes assuntos. Aqui estaremos sempre às suas ordens.
- Francisco Ca seconi (São Paulo). Seu artigo deixa de ser publicado pelas mesmas razões acima expostas. Muito grato.

## VOZ OPERÁRIA

Director-Responsável

Mário Alves

MATRIZ:

Av. Rio Branco, 257, 1º and. n. 1.712 - Tel. 42-7944

ASSINATURAS:

Anual	100,00
Semestral	60,00
Trimestral	30,00
Mês. avulso	2,00
Mês. avulso	2,00
Adv. ou sub. registro, despesas à parte	
Preço no R. G. Sul, Sta. Catarina, Paraná, Distrito Federal, São Paulo, E. São e Belo Horizonte	2,00
Grátis e interior de Amazonas e Territ. Rio	
Outros Territórios	4,00
M. Gerais	2,50

# III CONFERÊNCIA DE LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS DO PARÁ

Reúnem-se na capital do Pará 250 camponeses, delegados de mais de duas dezenas de associações camponesas, a fim de debater os seus problemas — Reforma agrária democrática, crédito barato, ajuda técnica, garantia do direito de associação — eis o que exigem os lavradores paraenses — Importante Declaração de Princípios, aprovada na III Conferência do Pará

A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará — ULTAP — traduzindo os anseios de unidade, organização e melhoria das condições de vida de milhares de trabalhadores do interior do Estado, de bem-estar social e futuro de progresso da nação e do povo, convoca por este meio a III CONFERÊNCIA ESTADUAL DE LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS DO PARÁ, a ter lugar nos dias 27 e 28 de julho do corrente ano, em Belém capital do Estado.

Assim iniciava a ULTAP o manifesto com que se dirigia aos camponeses paraenses, convocando-os para a preparação de sua III Conferência. Visava essa reunião debater importantes questões como a da liberdade e direito de livre associação; terras para trabalhar; ajuda financeira e técnica; garantia de transporte e preços compensadores; ferramentas e implementos; escola e assistência médica; estradas e pontes; ajuda em todos os sentidos aos pescadores, vaqueiros, trabalhadores da floresta e aos índios; extensão da legislação trabalhista ao campo.

Durante dois dias, 250 delegados, representando duas dezenas de associações de lavradores e pescadores do Pará, debateram suas reivindicações e seus direitos, trocaram experiências de luta e indicaram — nas resoluções aprovadas — as medidas capazes de encaminhar a solução de seus problemas mais sentidos

## Desenvolvem-se as lutas do campo no Pará

Neste primeiro semestre de 1957, ampliaram-se as lutas de lavradores e trabalhadores agrícolas, no interior paraense. Surgiram mais de uma dezena de novas associações e uniões camponesas, em toda zona bragantina, no Marajó, nas redondezas da Capital.

No município de Inhangapi, instalava-se em janeiro a seção local da ULTAP e já em maio, ali se realizava a 1ª Conferência Municipal de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, no interior paraense participaram, como convidados especiais, representantes de numerosas associações de lavradores dos municípios vizinhos e de seu território constavam questões tão importantes como a reforma agrária democrática; distribuição

gratuita das terras, com título legal de posse; ajuda técnica, financeira e social; crédito barato; fornecimento de ferramentas, maquinarias, inseticidas, adubos, sementes e fertilizantes; garantia de preços compensadores para os produtos agrícolas e pecuários; transportes acessíveis e assegurados; facilidade de organizações em uniões, associações e sindicatos rurais para os produtores; extensão da legislação trabalhista ao campo e relações com todos os países.

Os camponeses do Pará tem travado lutas em defesa de seu direito à terra e melhores condições de vida. Em janeiro, mobilizaram-se os lavradores de Inhangapi contra a ameaça de despejo de 1.600 famílias e foram ao governador do Estado denunciar o fato e exigir providências.

Na luta contra as perseguições dos grileiros que tentavam apoderar-se das terras, surgiu a Associação dos Lavradores de Cajueiro. Nessa colônia, situada em Bajuru, organizaram-se os camponeses e derrotaram seus perseguidores; uma comissão de 40 lavradores dirigiu-se ao governador Magalhães Barata e conseguiu obter a desapropriação de suas posses.

Outras organizações, como a do Japiim e de Santa Rosa, ajudam os camponeses a resolver seus problemas imediatos; instalaram ambulatórios, onde se fornece assistência médica; constroem muros para os cemitérios locais; prestam colaboração recíproca uns aos outros etc. Recentemente, ergueram-se as associações camponesas em protesto contra perseguições aos dirigentes da ULTAP e em defesa do direito de organização.

E assim, graças à amplitude já alcançada pelas lutas camponesas no Pará, foi possível realizar uma Conferência Estadual da qual participaram 8 municípios da zona bragantina; 2 da zona do Salgado e 2 do Rio Guamá.

## Expressiva Solidariedade à Conferência

Não só as entidades sindicais do Estado e principalmente da capital, manifestaram sua solidariedade à reunião camponesa, mas também o poder executivo e legislativo. A Prefeitura de Belém forneceu transporte e alojamento para os delegados. A Câmara Municipal concedeu uma verba de Cr\$ 20.000,00 e aprovou por unanimidade uma solicitação ao Ministério do Trabalho e ao Presidente da República, para autorizar o SAPS regional a fornecer 1.000 refeições. A administração



Lavradores e trabalhadores agrícolas de Bragançinha quando chegavam a Belém para a Conferência

ção da E. F. Bragança contribuiu com dois vagões, que percorreram toda a estrada, recolhendo as delegações do interior.

Também a indústria e o comércio locais deram seu apoio à conferência camponesa. E as Associações de Lavradores filiadas à ULTAP trouxeram ao conclave inúmeras contribuições em dinheiro e em espécie, farinha, arroz etc.

Particularmente importante foi a ajuda dos sindicatos operários da capital paraense, a seus irmãos do campo. Em todos os trabalhos de preparação e realização da III Conferência, estiveram os dirigentes sindicais, lado a lado com seus colegas das organizações camponesas.

## Resoluções e moções da Conferência

Entre as resoluções aprovadas pela III Conferência de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará, destacam-se:

— reafirmar o papel da ULTAP de órgão de defesa das reivindicações das aspirações democráticas dos trabalhadores do campo, dentro das garantias expressas no art. 141 da Constituição, repudiando todos os atentados contra o exercício pleno dos direitos democráticos do povo brasileiro;

— apoiar todas as iniciativas de reformas parciais que beneficiem a produção agropecuária, pleiteando dos poderes competentes a extensão das áreas coloniais do Guamá aos trabalhadores agrícolas paraenses, com o mesmo tratamento dado aos trabalhadores japoneses e pugnar por medidas concretas e viáveis, como o fornecimento de sementes, ferramentas, extensão dos créditos do Banco de Crédito da Amazônia, com pequenos juros, aos pequenos e médios lavradores, bem como a assistência social, cultural, hospitalar a todas as iniciativas que promovam a emancipação do trabalhador rural e modifiquem a situação de penúria e abandono em que vivem os trabalhadores do campo no Pará;

— realizar em Belém, em setembro do próximo ano, um Congresso de Lavradores, Pescadores, Vaqueiros e Trabalhadores da indústria extrativa dos Estados da região amazônica e nordestina.

Entre as numerosas moções aprovadas, sobrepõem-se por sua significação patriótica

aquelas que se referem à entrega de Fernando de Noronha aos norte-americanos. São duas as moções: uma de protesto contra o ato do go-

vêrno brasileiro e outra dirigida aos deputados federais, pedindo-lhes que se pronunciem contra a cessão de Fernando de Noronha.

## Declarações de Princípios

EM sua sessão de encerramento, aprovou a III Conferência de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará uma Declaração de Princípios. Partindo da consideração de que a unidade e a organização dos lavradores e trabalhadores agrícolas é indispensável a elevação do homem do campo e à sua aproximação com os trabalhadores das cidades, bem como ao fortalecimento das lutas democráticas e patrióticas do povo brasileiro, diz a Declaração:

1 — Reconhecer os direitos democráticos da livre organização e associação dos trabalhadores agrícolas dentro dos postulados da Carta Magna da nação, no sentido de encaminhar as soluções dos problemas do campo para o desenvolvimento progressista de nosso Estado.

2 — Apoiar e prestigiar decisivamente a ULTAP como entidade central representativa e de coordenação das diversas camadas sociais dos trabalhadores e lavradores agrícolas, reconhecendo todas as 33 subseções existentes e aquelas associações democráticas dos camponeses como legítimas representantes das aspirações do homem do campo do Pará.

3 — Reafirmar a necessidade social de maior aproximação com todas as entidades progressistas do Estado, particularmente estreitar os laços de amizade com os trabalhadores da indústria e seus órgãos representativos, consolidados na unidade desses direitos reivindicativos.

4 — Reconhecer a urgente necessidade de pleitear junto ao Poder Legislativo a elaboração de uma lei de Reforma Agrária que estabeleça os postulados da distribuição da terra, em áreas aproveitáveis, fixando a utilização de terras devolutas, grandes extensões abandonadas dos latifúndios próximos às vias de comunicação, com garantias e facilidades de aquisição e posse pelos lavradores que não têm terra, que têm pouca terra ou nela queiram trabalhar.

5 — Apoiar o movimento nacionalista pela soberania nacional, pugnano para que o Congresso Nacional anule o acórdão de Fernando de Noronha, em defesa do petróleo amazônico e da Petrobrás, do manganês do Amapá e pela defesa de todas as riquezas nacionais ameaçadas pela ganância dos trustes norte-americanos.

6 — Apoiar a proclamação do Santo Padre Pio XII contra os horrores das experiências de bombas atômicas e defender a causa da paz e do entendimento pacífico com todos os povos.

## TEMÁRIO

### I — Reforma agrária democrática:

- divisão e entrega de terras (com título de posse), que não estejam sendo aproveitadas;
- distribuição de áreas de terras, nos núcleos coloniais, em quantidade suficiente e facilidade para obtenção de títulos de posse;
- desapropriação da Ilha de Machadinho e de Jupatituba;
- conservação da posse dos pequenos e médios proprietários de Inhangapi.

### II — Melhoramento das condições de trabalho e de vida dos lavradores agrícolas:

- crédito fácil a longo prazo e com juros pequenos;
- sementes e ferramentas;
- cooperativismo — garantia de preço compensador ao produtor;
- ampliação e melhoramento dos transportes. Extensão das estradas ligando Inhangapi ao Guamá;
- assistência social, hospitalar, técnica e dentária;
- dispensa de impostos aos colonos da feira-livre e garantia de transportes pelo governo.

### III — Extensão da legislação trabalhista aos assalariados agrícolas:

- carteira profissional, salário mínimo, férias e aposentadoria.

### IV — Proteção e ajuda aos trabalhadores dos seringais, castanhais, aos pescadores e às populações indígenas.

### V — Direitos democráticos e a mais ampla e livre associação dos lavradores e trabalhadores do campo.

### VI — Apoio a uma política nacionalista, democrática e progressista do governo, com relações pacíficas e amistosas com todos os povos.